

PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº492/Gab/18

Em, de outubro de 2018.

À Sua Excelência o Senhor JOSIMAR RABELO CAVALCANTE Presidente da Câmara Municipal Ouro Preto do Oeste - RO

Senhor Presidente,

Através deste, encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 386, de de outubro de 2018, que: "ALTERA O ANEXO 4 DA LEI N.º 1972 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES", para a devida apreciação por esta Casa Legislativa.

Considerando a relevância da matéria, solicito que seja observado o regime de urgência especial, convocando-se sessões extraordinárias.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

VAGNO GONÇALVES BARROS PREFEITO



PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 2/80 /2018

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Honra-nos encaminhar o Projeto de Lei n 238 de 27 de outubro de 2018, que: "ALTERA O ANEXO 4 DA LEI N.º 1972 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES", para que seja submetida à elevada apreciação desta Augusta Casa de Leis.

O presente projeto de lei pretende alterar o Anexo 4 da Lei n.º 1972 de 06 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério e dá outras providências

A alteração no Anexo 4 da referida lei está devidamente justificada pela Secretaria Municipal de Educação, conforme consta no processo administrativo nº 3901/2018, em anexo.

O presente projeto tem por objetivo criar 03 (três) cargos de: Diretor de Escola Tipologia III, Vice-Diretor de Escola Tipologia III e Secretário de Escola Tipologia III, vez que o Sistema Municipal de Ensino é formado por 15 (quinze) escolas, e na Lei 2093/2014, que trata da Estrutura dos Cargos Comissionados da SEMECE, constam apenas 14 (quatorze) cargos de Diretor, Vice-Diretor e Secretário Escolar.

O demonstrativo das Escolas por Tipologia passa a ser da seguinte forma: Tipologia I-03 cargos, Tipologia II- 06 cargos, Tipologia III – 05 cargos. O novo quadro de cargos reduz 01 cargo na Tipologia I e aumenta 03 cargos na Tipologia III.

No presente projeto de lei ficam extintos 01 cargo de Diretor de Escola Tipologia I, 01 cargo Vice Diretor de Escola Tipologia I, 01 cargo Vice Diretor de Escola Tipologia II, 01 cargo Vice Diretor de Escola Tipologia II.

Consta no Processo Administrativo nº 3902/2018, em anexo, que será extintos outros cargos do quadro da SEMECE, através de projeto de lei que altera o anexo I da Lei nº 2093 de 30 de dezembro de 2014, com a extinção de 07 (sete) cargos de Assessor Transporte Escolar, cargo de Chefe da Divisão de Esportes, chefe da Divisão de Assessor Transporte Escolar, cargo de Chefe da Divisão de Divisão de Obras, com educação de Jovens e Adultos – EJA, e o cargo Diretor Departamento de Obras, com objetivo de equilibrar as despesas.



PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

O presente projeto de lei altera a referência/valor dos seguintes cargos comissionados: Diretor de Escola Tipologia I, que passará a ser CC 7.1, Diretor de Escola Tipologia II, que passará a ser CC 7.0, Diretor de Escola Tipologia III, que passara a ser CC 6.0, Diretor de Escola Tipologia IV, que passara a ser CC 4.2.

Segundo afirma a SEMECE no Oficio nº 72/SEMECE/2018, as alterações propostas não causarão aumento de despesa e nem impacto orçamentária, pois com a extinção dos cargos antes mencionados e constante no processo Administrativo nº 3902/2018 e 3901/2018 supera os valores acrescentados.

O Departamento de Contabilidade, emitiu parecer favorável ao presente projeto de lei, vez que as alterações demostradas pela Secretaria que objetiva aumentar as despesas foi equilibrada com a redução das despesas na extinção dos cargos comissionados, conforme segue em anexo.

A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno emitiu parecer técnico de que as reduções propostas pela SEMECE com o gasto de pessoal apresentadas equilibra com as despesas que serão criadas com o presente projeto de lei, conforme segue em anexo.

A Procuradoria Jurídica emitiu parecer favorável, tendo em vista que a criação dos cargos não implicará em aumento de despesa, segue em anexo.

Assim, com este intuito é que sujeitamos a presente matéria, à apreciação dos Senhores Vereadores, aguardando desde já, em regime de urgência, a sua aprovação.

VAGNO GONCALVES BARROS



PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

Projeto de Lei nº 2388

"ALTERA O ANEXO 4 DA LEI N.º 1972 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo 4 da Lei n.º 1972 de 06 de setembro de 2013, e suas posteriores alterações, que passa a vigorar em conformidade com o anexo da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

4de/outubro de 2018. Ouro Preto do Oeste, em

VAGNO GONGALVES BARROS

ESTADO DE RONDONIA

DUTO PROCES in Const. - Butter

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO 4

TIPOLOGIA DAS ESCOLAS

VALOR R\$		000,009	00 000	/00,00	00001	1.010,00	1 150 00	1.150,00		
REFERÊNCIA	THE TOTAL PROPERTY OF THE PARTY	CC 7.1		CC 7.0		CC 6.0		CC 4.2		
Olympia.	OUANTITATIVO	60	CO	90	90	90	co	10	10	
	DIBETOR		TIPOLOGIA I		TIPOLOGIA II	The second secon	TIPOLOGIA III	180000000000000000000000000000000000000	TIPOLOGIA IV	

VALOR R\$	00 001	00,675	0000	000,000		700,00	00 000	820,00		
REFERÊNCIA		CC 8.0	3	CC 7.1		CC 7.00	co co	CC 6.1		
	VICE -DIRETOR QUANTITIATIVO		TIPOLOGIAI U.		TIPOLOGIAII		TIPOLOGIAIII		TIPOLOGIAIV	

VALOR	238 00	730,00	320 00		529,00	00 000	000,000		
REFERÊNCIA	-	CC 11.0		CC 10.0	0830		CC 7.1		N
OVITATITATIO	QUANTILATIV	03		90		05	01		
	SECRETARIO	1 1100 20	TIPOLOGIA	II VIOLE	HPULUGIALI	TIPOLOGIA III	AL LING TO	TIPOLOGIAIV	

ESTADO DE RONDONIA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO

	-
Ü	•
	4 7
Ç	
A TOTAR BACK OFF	2
V	
1	
4	
	1

M TIOC TO THE	TIPOLOGIATY	EMEF FERNANDO AZEVEDO						7				
KELAÇAO DAS ESCOLAS.	TIPOLOGIA III	EMFE BENJAMIN CONSTAN		ANT IA GOD A GOOD TITLE	EMEF CORA CONALLYS		EMEF CORA CORALINA	EMEF JOAQUIM NABUCO	EMEIF RONDOMINAS			
KELA	TIPOLOGIA II		EMEI PEQUENO PRINCIPE		EMEI CANTINHO DO SABER		EMETE PAULO EMETEF MANOEL SANTOS		EMEIEFMARACATIARA	EMETER 22 DE DEZEMBRO	EMEI SININHO	
	TIPOLOGIAI			LEAOZINHO	EMEIEF	DISNEYLANDIA	FMFI PAULO	FREIRE				

VAGNO GORGALVES BARROS

PREFEITO



§ 1º: O Adicional por Especialização será pago professor do Nível II da carreira e ao Técnico de Suporte Pedagógico, cuja especialidade estiver vinculada a qualquer área educacional, devendo essa Pós Graduação ser certificada pelo Conselho Municipal de Educação – CME

II - gratificações:

- a) pelo exercício da Função Direção e Vice-Direção Escolar;
- b) pelo exercício da Função de Direção de Divisão e Departamento Pedagógico no âmbito da SEMECE;
- c) -pelo exercício de Chefia de Seção ou Setor Pedagógico no âmbito da SEMECE e CME;
- d) pelo exercício da docência com alunos portadores de necessidades especiais: Deficiente Auditivo, Deficiente Mental e Deficiente Visual, Transtorno Globais do Desenvolvimento e Paralisia Cerebral;
- e) gratificação de incentivo à primeira habilitação;
- f) -excepcionalmente poderão ser concedidas gratificações de Incentivo a Docência, tanto na zona urbana quanto na zona rural.
- § 2° A forma de concessão e os valores dos adicionais e das gratificações constantes dos incisos I e II dependerão de regulamentação;
- Art. 15 As Gratificações pelo exercício das funções de Direção, Vice Direção Escolar observarão as tipologias das escolas conforme Anexo nº 04, desta Lei.

Seção VI

Das Férias

- Art. 16. O período de férias anuais do titular de cargo na Carreira dos profissionais da educação será de:
- I-45 (quarenta e cinco) dias, para titulares do cargo de professor no efetivo exercício da docência (sala de aula), incidindo o abono de um terço sobre o total dos dias.



- II 30 (trinta) dias para os titulares dos demais cargos e professores em outras funções e cargos comissionados;
- § 1º As férias dos titulares de cargos da carreira, em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, sem prejuízo ao Calendário Escolar;
- § 2º A SEMECE em consonância com as unidades escolares, elaborará um quadro geral de férias, incluindo todos os cargos e funções, constantes do SME;
- $\S 3^{\circ}$ É vedada a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço público e, até o limite de (02) duas.

Seção VII

Da cedência ou cessão

- Art. 17- Cedência ou cessão é o ato pelo qual o Profissional da Educação é posto à disposição de entidade ou órgão não integrante do Sistema Municipal de Ensino.
- I A cedência ou cessão será sem ônus para o Sistema Municipal de Ensino, e será concedida pelo prazo máximo de um ano, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes.
- II Em casos excepcionais, a cedência ou cessão dar-se-á com ônus para o ensino municipal, tendo este todas as garantias como se em exercício estivesse:
- a quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas, e com atuação exclusiva em educação especial, de acordo com os artigos 71 e 77 da LDB;
- **b** quando a entidade ou órgão solicitante compensar o Sistema Municipal de Ensino com um serviço de valor equivalente ao custo anual do cedido, ou outro servidor que atenda necessidades da SEMECE;
- III A cedência ou cessão para exercício de atividades alheias ao magistério, interrompe o interstício para progressão.
- § único: Em hipótese alguma, será cedido o servidor que não tenha cumprido o estágio probatório;

Da Comissão de Gestão do Plano de Carreira;

Art. 18 - É instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira dos profissionais do Sistema Municipal de Educação, com a finalidade de orientar sua operacionalização.



- § 1° A Comissão de Gestão do Plano será composta por 07 membros, sendo:
 - a) Secretário Municipal de Educação ou substituto;
 - b) 01 membro indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda;
 - c) 01 membro indicado pela Secretaria Municipal de Administração;
 - d) 01 membro do Conselho do FUNDEB;
 - e) 01 membro indicado pela Procuradoria Municipal;
 - f) 01 membro Indicado pelo STMOPO;
 - g) 01 membro do Conselho Municipal de Educação;
 - § 2º para cada membro, será indicado um suplente.
- § 3º os membros elegerão um presidente e um secretário, para direcionamento de suas seções.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I

Da alteração do Plano de Carreira

- Art. 19 Os cargos da Carreira do SME, necessários para o bom desempenho das atividades constam com nova nomenclatura e totalizam: 389 (trezentos e oitenta e nove), distribuídos conforme Anexo nº 001 desta Lei.
- § único Acrescentam-se ao quantitativo expresso no Artigo, 30 cargos reservas, especificados no referido Anexo.
- Art. 20 O primeiro provimento dos cargos da Carreira do Sistema Municipal de Ensino darse-á com os titulares dos cargos efetivos, atendidos a exigência mínima de habilitação específica para cada nível de enquadramento.
- I Os profissionais do Sistema Municipal de Ensino serão distribuídos nos níveis e referências compatíveis com a habilitação e a posição que se encontram na atual situação;
- II Os atuais professores Leigos serão reenquadrados em outras funções por Ato do Dirigente Municipal de Educação e os professores portadores de Licenciatura Curta constarão na referência inicial do Nivel II, da carreira até a conclusão da Licenciatura Plena.



Seção II

Das Disposições Finais

- III Os professores inaptos para o exercício da docência serão readaptados por Ato do Executivo, na função que melhor atender as necessidades do ensino.
- Art. 21 É considerado extinto o cargo de Professor Classe Única (leigo);
- § único: O Cargo de Professor NI, após transposição dos atuais ocupantes, ficará restrito a professores auxiliares, para atuarem na Educação Infantil e Ensino Especial;
- Art. 22 Fica estabelecido o mês de JANEIRO como data base para as reposições salariais da categoria dos profissionais do SME de Ouro Preto do Oeste.
- Art. 23 Os valores dos vencimentos de cada nível, nas respectivas referências, constarão de tabela no anexo nº 03, desta Lei.
- Art. 24 As funções de Diretor, Vice-Diretor de unidades escolares, serão exercidas por profissionais da Carreira municipal;
- § 1° Os professores detentores de dois contratos públicos participarão do processo seletivo para diretores e vice-diretores de escolas sem prejuízo ao erário público no que tange a jornada de trabalho;
- § 2° Os professores detentores de um ou dois cargos de 25:00 horas, terão suas jornadas de trabalho complementadas em 15:00 horas, em um dos cargos quando indicados ou eleitos para quaisquer cargos de Direção, respeitada a proporcionalidade dos vencimentos.
- Art. 25. Ao profissional do SME que tiver como dependentes, portadores de Necessidades Especiais, será concedida a dispensa de 50% (cinqüenta por cento) da carga horária de trabalho, sem prejuízo dos seus direitos, conforme regulamento.
- Art. 26. Realizado o primeiro provimento do Plano de Carreiras, observado o Art. 19, os candidatos aprovados em concurso público para o SME, poderão ser nomeados, observandose o número de vagas, na forma do Art. 20.
- Art. 27. O SME fica autorizado a realizar contratação por prazo determinado, mediante processo seletivo, para atender necessidades emergências, quando excedida a capacidade de atendimento com a adoção do disposto no Art. 26.



Art. 28. O Poder Executivo aprovará todas as regulamentações desta Lei, a partir de sua publicação, não excedendo o prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 29. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da SEMECE.

Art. 30. São alteradas as partes integrantes desta Lei: Anexos 01 — Denominação e Quantitativo dos Cargos; Anexo 02: Atribuições dos Cargos; Anexo 03: Tabela de Vencimentos; Anexo 04: Tipologia das Escolas.

;Art. 31. Ficam revogadas as n° 850/2001; 885/02; 918/02; 996/04; 1336/08; 1344/08; 1354/08; 1581/2011 e 1763/2011;

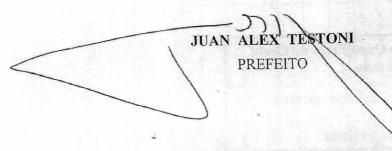
Art. 32. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando assegurada a diferença de 10% (dez por cento) entre os vencimentos do Professor Nível I e do Professor Nível II, a partir de 1° de outubro de 2013.

Ouro Preto do Oeste-RO

The second secon

de

de 2013





ANEXO I - QUADRO DEMONSTRATIVO DA DENOMINAÇÃO E QUANTIDADE DOS CARGOS DA CARREIRA.

**************************************		j	,				
Especificação	Cargo	Nível	Quadro Permanente	Quadro Atual	Necessário	Vagas Livres	Quadro Reserva
Professor Leigo — 20 horas	Professor	Único	01	01	01	00	00
Professor L. Curta – 40 horas	Professor	Único	01	01	01	00	00
Professor NE — 20 horas	Professor	Especial	00	00	00	00	00
Professor NI — 25 horas ou 30 horas	Professor	Especial	09	09	09	00	00
Professor N II – 20 horas	Professor	П	17	17	17	00	00
Professor N II – 25 horas ou 30 horas	Professor		257	266	266	09	30
Professor N II – 40 horas	Professor	П	63	63	63	00	10
Professor Interprete de Libras 25 ou 30 horas	Professor	II	04	04	08	04	00
Pedagogo - Orientador Escolar 20 h	Orientador	II	01	01	01	00	00
Pedagogo - Orientador Escolar 40 h	Orientador	П	07			04	10
Pedagogo - Supervisor Escolar 20 h	Supervisor	П	00	00	00	00	00
Pedagogo – Supervisor Escolar 40 h	Supervisor	II	10	17	17	07	10
Professor Auxiliar Ed. Infantil 40 h	PAEI	Especial	07	30	30	23	20
Professor Auxiliar Ed. Especial 25h ou 30 horas	PAEE	Especial	01	01	01	00	05
Professor Auxiliar Ed. Especial 40 h	PAEE	Especial	06	14	14	80	10
TOTAIS			384	435	439	55	95

Ônus para a SEMECE. QBS.: Do Quadro Permanente: 09 Licença Médica 19 Licença Sem Vencimentos 06 Cedidos Com Ônus para Terceiros e 04 Cedidos com



ANEXO - 2 -ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS;

A - PROFESSOR:

- Docência na educação infantil ou no ensino fundamental, conforme habilitação, em todas as modalidades, incluindo entre outras as seguintes atribuições:
- 1.1-Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
- 1.2-Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
- 1.3-Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- 1.4-Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- 1.5-Ministrar os dias letivos e horas aulas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino;
- 1.6-Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- 1.7-Colaborar com as atividades de artículação da escola com as famílias e a comunidade;
- 1.8-Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao alcance dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino aprendizagem;
- 1.9-Exercer os cargos de direção e assessoramento, conforme oportunidade e habilitação e qualificação para tal;

B-PEDAGOGO OU PROFESSOR NO SUPORTE PEDAGÓGICO À DOCENCIA:

- entre outras as seguintes atribuições: 2. Atividades de suporte pedagógico direto à docência na educação básica, voltadas para o planejamento, administração, supervisão, orientação e inspeção escolar, incluindo
- 2.1- Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola;
- 2.2- Administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da escola, tendo em vista o alcance de seus objetivos pedagógicos;
- 2.3 Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aulas estabelecidos;
- 2.4- Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- 2.5- Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;



- 2.6- Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração escola-comunidade;
- 2.7- Informar aos pais e/ou responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- 2.8- Coordenar no âmbito da escola as atividades de planejamento, avaliação, e desenvolvimento profissional;
- 2.9-Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
- 2.10- Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino;
- 2.11- Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do Sistema Municipal de Ensino, ou da escola, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- 2.12. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

C - PROFESSOR AUXILIAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR AUXILIAR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

- 3 Auxiliar de docência na Educação Infantil de 00 a 03 anos;
- 4 Auxiliar de docência na Educação Especial e anos, e nas classes da educação infantil e ensino fundamental onde houver alunos portadores de deficiências incluídos;



ANEXO 3 - TABELA DE VENCIMENTOS.

<u>=</u>		NÍVEL	
861,85	783,50	NÍVEL VENCIMENTOS	
861,85 879,09	799,17	2	
896,67	815,15	3	
914,60	831,46	4	
932,89	848,09	- 5	
951,55	865,05	6	
970,58	882,35	7	20 HORAS
989,99	900,00	8	RAS
1.009,79 1.029,99 1.050,59 1.071,60 1.093,03 1.114,89 1.137,19	900,00 918,00	9	
1.029,99	936,36	10	
1.050,59	936,36 955,08 974,18	11	
1.071,60	974,18	12	
1.093,03	993,67	ಚ	
1.114,89	993,67 1.013,54 1.033,8	10 11 12 13 14 15	
1.137,19	1.033,81	15	

=	-	NÍVEL	
1.077,30 1.098,85 1.120,82 1.143,24 1.166,10 1.189,43 1.213,21 1.237,48 1.262,2	979,37	NÍVEL VENCIMENTOS	
1.098,85	998,96	2	
1.120,82	979,37 998,96 1.018,94 1.039,32 1.060,10 1.081,30 1.102,93 1.124,99 1.147,	3	
1.143,24	1.039,32	4	
1.166,10	1.060,10	5	
1.189,43	1.081,30	6	
1.213,21	1.102,93	7	25 HORAS
1.237,48	1.124,99	8	RAS
1.262,23	1.147,49	9	
1.287,47	1.170,44	10	
1.313,22	1.193,85	-3	
1.339,49	1.217,72	12	
1.366,28	1.242,08	13	
23 1.287,47 1.313,22 1.339,49 1.366,28 1.393,60 1.421,47	49 1.170,44 1.193,85 1.217,72 1.242,08 1.266,92 1.292,26	10 11 12 13 14 15	
1.421,47	1.292,26	15	

=	-	NÍVEL	
1.316,28 1.292,77 1.318,63 1.345,00 1.371,90 1.399,34 1.427,32 1.455,87 1.484,	1.175,25 1.198,76 1.222,73 1.247,18 1.272,13 1.297,57 1.323,52 1.349,99 1.376,99 1.404,53 1.432,62 1.461,28 1.490,50 1.520,31 1.550,72	NÍVEL VENCIMENTOS 2	
1.292,77	1.198,76	2	
1.318,63	1.222,73	3	
1.345,00	1.247,18	4	
1.371,90	1.272,13	5	
1.399,34	1.297,57	6	
1.427,32	1.323,52	7	30 HORAS
1.455,87	1.349,99	8	RAS
1.484,99	1.376,99	9	
1.514,69	1.404,53	10	
1.544,98	1.432,62	1	
1.575,88	1.461,28	12 13 14	
1.607,40	1.490,50	13	
99 1.514,69 1.544,98 1.575,88 1.607,40 1.639,54 1.672,34	1.520,31		
1.672,34	1.550,72	15	And a company of the

=		NÍVEL	
1.723,70 1.758,17 1.793,34 1.829,20 1.865,79 1.903,10 1.941,17 1.979,99 2.019,59 2.059,98 2.101,18 2.143,20 2.186,07 2.229,79 2.274,39	1.567,00	NÍVEL VENCIMENTOS	
1.758,17	1.598,34	2	
1.793,34	1.630,31	ω	
1.829,20	1.662,91	4	
1.865,79	1.696,17	Ó	
1.903,10	1.730,09	o	
1.941,17	1.764,70	7	40 HORAS
1.979,99	1.799,99	8	RAS
2.019,59	1.835,99	9	
2.059,98	1.872,71	10	
2.101,18	1.910,16	10 11	
2.143,20	1.948,37	12	
2.186,07	1.987,33	13	
2.229,79	1.567,00 1.598,34 1.630,31 1.662,91 1.696,17 1.730,09 1.764,70 1.799,99 1.835,99 1.872,71 1.910,16 1.948,37 1.987,33 2.027,08 2.067,62	12 13 14 15	
2.274,39	2.067,62	15	



ANEXO 4 - TIPOLOGIA DAS ESCOLAS.

IV			ш	TT.	1	T	ILPULUUIA	VIOU IOUIT	
Acima de /21 atuitos	1 - 751 olimon	De 321 a 750 alunos	De 101 a 270 aration	Da 161 a 320 alumos	all 100 armino	atá 160 alumos	ILLOTOGIA IN DE PROMOR		N TO THE PARTY OF
CCO	9.00	CC 7		CC 8		6.00	TOTAL ENGINEERS OF A	REFERÊNCIA	
Teth too to boo	R\$1 010 00 CC7	R\$ 700,00 CC8		R\$ 529,00 CC9		R\$ 450,00 CC10 329,00		DIRETOR	
	CC7	CC8				CC10		REF. VICE	在 在 以
	700,00	529,00		450,00		329,00		VICE	The second secon
	02	02		08		05		QTDE	

					EMEI LEAOZINHO	TIPOLOGIA I:	Kelação das Esculas.
EMEF MARACATIARA	EMEI SININHO	EMEI ROSALINA	EMEI PAULO FREIRE	EMEIEF LENITA CANUTO	EMEIEF DISNEYLANDIA	TIPOLOGIA II:	
		EMEIEF MANOEL SANTOS	EMEIEF 22 DE DEZEMBRO	EMEIEF RONDOMINAS	EMEIEF EDNA CARIOCA	TIPOLOGIA III:	The state of the s
				2 – EMEF FERNANDO DE ZEVEDO	1 →EMEF BENJAMIN CONSTANT:		TIPOLOGIA IV:

变研



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

LEIN°. 1972

DE 06 DE Sitembre DE 2013

"ALTERA LEI Nº 1503 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRAS DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- Art. 1°. Esta Lei dispõe sobre a alteração e gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.
- Art. 2°. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
- I Sistema Municipal de Ensino SME, o conjunto de instituições e órgãos que realizam as atividades de Educação Básica Pública, em todos os níveis e modalidades, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes SEMECE;
- II Funções de Magistério, as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de administração escolar, coordenação pedagógica, inspeção escolar, planejamento educacional, orientação escolar e supervisão escolar.
- III **Professor**: é o titular de cargo da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções exclusivas de docência;
- IV Técnico em Suporte Pedagógico à Docência: Compreende a categoria funcional com as atribuições de executar serviços de suporte pedagógico à docência, (direção, supervisão, orientação, inspeção escolar e coordenador pedagógica) nas escolas e na sede da SEMECE.



CAPÍTULO II

DA CARREIRA DO MAGISTERIO PÚBLICO MUNICIPAL

Seção I

Dos princípios básicos

- Art. 3°. A Carreira do Magistério Publico Municipal, tem como princípios básicos:
- I Ingresso exclusivamente por concurso público de provas ou de provas e títulos;
- II Profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação às causas educacionais e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;
- III a valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;
- IV A promoção através da transposição de nível mediante nova habilitação e de progressões periódicas.

Seção II

Da estrutura da carreira

Subseção I

Disposições gerais

- **Art. 4º A carreira** do Magistério Publico Municipal, é integrada pelos cargos de provimentos efetivos, distribuídos em níveis e referências, conforme habilitação e desempenho.
- § 1º Cargo é o lugar na organização do Magistério Publico Municipal, correspondente a um conjunto de atribuições com estipêndio específico, denominação própria, número certo e remuneração pelo poder público nos termos da Lei.
- $\S 2^{\circ} N$ ível É o agrupamento de cargos genericamente semelhantes em que se estrutura a carreira, pautada na habilitação e outros requisitos.
- § 3° **Referência**: é a ordem na escala de progressão de cada nível que varia de 01 a 15 considerando a avaliação do desempenho profissional.



Art. 5º - Constitui requisito para ingresso na carreira, a formação:

a) Do professor:

Nível I - formação em nível médio, na modalidade normal (magistério);

Nível II – formação em nível superior em curso de licenciatura plena, ou outra graduação correspondente às áreas de conhecimento específicas do currículo com formação pedagógica, nos termos da legislação;

b) Do Técnico em Suporte Pedagógico a docência;

Nível Único: Formação em nível superior, em curso de Licenciatura Plena, graduação em pedagogia, ou outra graduação nas áreas de conhecimento específico do currículo com especialização nas áreas de suporte pedagógico tais como: Orientação, Supervisão, Inspeção, Direção e Planejamento.

- Art. 6°. O número de servidores da Carreira do Magistério Público Municipal, terá sua composição na forma do Anexo I, desta Lei;
- § 1°. O ingresso na Carreira dar-se-á na referencia inicial do nível correspondente à escolaridade do candidato aprovado;
- § 2º. O titular do cargo de professor, na falta do pedagogo graduado ou especialista nas áreas de suporte pedagógico, poderá exercer, de forma alternada ou concomitante as funções técnicas de suporte pedagógico: inspetor escolar, orientador escolar, coordenador pedagógico, planejador educacional ou supervisor escolar, atendendo os seguintes requisitos:
- I Licenciatura Plena em Pedagogia com graduação nas áreas de suporte pedagógico, e Pedagogia ou Normal Superior com especialização para o exercício das referidas funções de suporte pedagógico;
- II experiência de no mínimo, 03 (três) anos de docência.

Seção II

Da Promoção

- Art. 7 °. A promoção do titular de cargo na carreira, ocorrerá em dois momentos: Transposição ou Progressão.
- $\S 1$ A transposição, refere-se a mudança de nível e ocorrerá a partir do momento em que o servidor comprovar a nova habilitação, cumprido o estágio probatório;
- § 2º Progressão, refere-se à passagem de uma referência para outra imediatamente superior, dentro do nível da carreira, e ocorrerá a cada 02(dois) anos a partir do cumprimento do estágio probatório, após a avaliação do desempenho, considerando-se o período do estágio para





primeira progressão, sendo a progressão bienal fixada em 02% (dois por cento) em relação a referência anterior.

§ 3º - Cada nível da carreira do Profissional do Magistério Público Municipal, será organizado em 15 (quinze) referências, enumeradas de 01 a 15.

§ 4º - A avaliação do desempenho conforme regulamento, selecionará os profissionais que receberão a progressão funcional, levará em conta os fatores e os respectivos pesos:

I - Urbanidade no trato com as pessoas: 10 pontos;

II – Zelo com o Patrimônio Público

: 10 pontos;

III - Desempenho Profissional

: 40 pontos;

IV – Qualificação Profissional

: 20 pontos

V - Dedicação Exclusiva ao SME

: 20 pontos:

- § 5° A Avaliação do Desempenho, coordenada pela Comissão de Gestão deste Plano, será anual e o processo seletivo para efetivação das progressões, será realizado a cada dois anos, conforme regulamento, e a seleção obedecerá à classificação decrescente, da maior para a menor pontuação, em consonância com os limites orçamentários e financeiros da SEMECE.
- § 6° Decorrido o prazo previsto no parágrafo 2° e não havendo processo de avaliação, a progressão dar-se-á automaticamente dentro dos limites orçamentários e financeiros, prioritariamente, aos profissionais com vínculo exclusivo no SME, que tenham participado de cursos de formação continuada, classificando-se de forma decrescente pela carga horária dos cursos. (Lei 1763/11)

Seção III

Da qualificação profissional

- Art. 8°. A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a promoção na Carreira, será realizada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
- Art. 9°. A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do Profissional de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para freqüência em cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, mediante avaliação da proposta de projeto que for identificada no interesse do ensino pela SEMECE com anuência da Comissão de Gestão do Plano.



§ único - Os períodos de licença serão de até 06 (seis) meses, contínuos ou intercalados, para fins de apresentação de Trabalhos de Conclusão de Cursos, dissertação de Mestrado ou defesas de Tese de Doutorado.

Seção IV Da jornada de trabalho

- **Art.** 10° O regime de trabalho dos profissionais da educação será de 20, 25, 30 ou 40 horas semanais;
- §1º A jornada de trabalho do professor no efetivo exercício da docência, inclui uma parte de horas aula e uma parte de horas de atividades destinadas, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com administração escolar, reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade, reforço escolar e o aperfeiçoamento profissional.
- § 2° A parte de horas atividade a que se refere o parágrafo 1° será equivalente a 1/3 (um terço) da jornada contratada.
- $\S 3^{\circ}$ Para efeito de jornada de trabalho, um módulo aula é equivalente à uma hora relógio, ou seja, sessenta minutos.
- Art. 11 O titular do cargo de Professor em jornada parcial, que não esteja em acumulação de cargo, emprego ou funções públicas, poderá ser convocado para prestar serviço em regime suplementar de 05 (cinco) ou 30 (trinta) horas semanais.
- § 1º A convocação para os fins de que trata o artigo, se dará por ato do Dirigente Municipal de Educação.
- § 2º Na convocação de que trata este artigo deverá ser resguardada a proporção entre aulas e horas atividades, quando para exercício da docência.
- \$ 3° O professor titular do cargo de 25:00 horas semanais poderá optar pela suplementação de 05:00 horas que serão opcionalmente incorporadas ao vencimento básico, passando o mesmo a ser detentor do Cargo de 30:00 horas semanais, conforme necessidade do SME, para melhoria da qualidade do ensino, com anuência da Comissão de Gestão deste Plano.



Art. 12 – Ao Professor sem acúmulo de cargos, poderá ser proporcionado o pagamento de horas extras, limitadas a duas (02) horas diárias, para realização de atividade de interesse da educação, por prazo determinado em situações emergentes, conforme regulamento.

 \S Único – A interrupção da convocação e a suspensão da concessão do incentivo de que tratam os artigos 11 e 12, ocorrerão:

I - a pedido do interessado;

1000

II - quando cessada a razão determinante da convocação ou da concessão;

III - quando expirado o prazo de concessão do incentivo;

IV - quando descumpridas as condições estabelecidas para a convocação ou a concessão do incentivo.

Secão V

Da remuneração

Subseção I

Do vencimento

Art. 13 - A remuneração dos profissionais da educação corresponde ao vencimento relativo à Referência e ao Nível em que se encontrem, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

§ 1º - Considera-se vencimento básico da carreira, o valor fixado para cada referência nos níveis da carreira.

§ 2° - Fica assegurada a diferença de no mínimo 10% (dez por cento) entre os vencimentos do Professor Nivel I e do Professor Nível II.

Subseção II

Das vantagens

Art. 14 - Além do vencimento básico o Profissional da Educação fará jus às seguintes vantagens:

I - adicional:

- a) Adicional por Especialização AE;
- b) Adicional por Tempo de Serviço ATS;



LEINº 2177

28 DE DEZEMBRO DE 2015.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 1972 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados o § 1º e § 2º, e incluído as alíneas a e b, todos do artigo 10 da Lei n.º 1972 de 06 de setembro de 2013, que passam a vigorar com as seguintes redações:

- Art. 10. O regime de trabalho dos profissionais da educação será de 20, 25, 30 ou 40 horas semanais;
- §1º A jornada de trabalho do professor no efetivo exercício da docência, inclui uma parte de horas aula e uma parte de horas de atividades destinadas, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com administração escolar, reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e o aperfeiçoamento profissional.
- § 2° A parte de horas atividade a que se refere o parágrafo 1° será equivalente a 1/3 (um terço) da jornada contratada, distribuídas da seguinte forma:
- a) 40% do tempo, na escola;
- b) 60% do tempo, em local de preferência do professor;

	Art. 2° Fican	n alterados as	s alíneas b	ef no incis	so II do artigo
14, e incluídos	s as alíneas g ϵ	h no inciso	ll e o \$3° e 8	\$4º do artigo	14 da Lei nº
1972 de 06 d	de setembro de	2013. que	passam a v	vigorar com	as sequintes
redações:		1 100 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		3	ar regunites
•					



	Art.14
	II- gratificações:
	 b) pelo exercício de Chefia, Direção e Assessoramento, no âmbito da SEMECE;
	f) pelo exercício de Chefia, Departamento, Direção e Assessoramento no âmbito da SEMECE e Conselho Municipal de Educação- CME;
	g) gratificação de incentivo a primeira habilitação;
	 h) excepcionalmente poderão ser concedidas gratificações de Incentivo a Docência tanto na zona urbana quanto na zona rural.
	§ 3º - O valor das gratificações descritas nas alíneas a, b e c será incorporado em um dos vencimentos básicos da carreira após 05 (cinco) anos no exercício de função gratificada prevalecendo à última função caso tenha ocorrido alterações.
	§ 4° - para cálculo do tempo de serviço em função gratificada, serão consideradas interrupções inferiores a 90 (noventa) dias.
A	
b, c, d, e e no mesmo a passam a vigorar com as	alterado o <i>caput</i> do Artigo 15, e incluído as alíneas <i>a,</i> rtigo da Lei n.º 1972 de 06 de setembro de 2013, que seguintes redações:

	Art. 15 - As Gratificações pelo exercício das

Art. 15 - As Gratificações pelo exercício das funções de Direção, Vice — Direção Escolar observarão as tipologias das escolas conforme Anexo nº 04, desta Lei, considerando as seguintes características:

1)



- a) Tipologia I Escolas da Educação Infantil/Creche e Pré-Escolar, com atendimento no maternal parcial ou integral/berçário com até 06 (seis) salas de aulas ou até 300 (trezentos) alunos;
- b) Tipologia II Escolas de Ensino Fundamental e/ou Educação Infantil/Creche e Pré-Escolar, com atendimento no maternal parcial ou integral/berçário acima de 06 (seis) salas de aulas e até 500 (quinhentos) alunos;
- c) Tipologia III Escolas do Ensino Fundamental acima de 10 (dez) salas de aulas e número de alunos acima de 500 (quinhentos);
- d) Tipologia IV = escolas do Ensino Fundamental acima 10 (dez) salas de aulas, com três turnos de funcionamento (EJA) e número de alunos acima 500 (quinhentos);

Art. 4º Fica alterado o *caput* do artigo 19 da Lei n.º 1972 de 06 de setembro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19 – Os cargos da carreira do SME, necessários para o bom desempenho das atividades constam com nova nomenclatura e totalizam: 378 (trezentos e setenta e oito), distribuídos conforme anexo 1 desta Lei.

Art. 5° Ficam alterados, o *caput* do artigo 24, e os §1° e § 2° do mesmo artigo, todos da Lei n.° 1972 de 06 de setembro de 2013, que passam a vigorar com as seguintes redações:

- Art. 24 As funções de Diretor, Vice-Diretor de unidades escolares, serão exercidas por profissionais da área de docência da Carreira municipal;
- § 1° Os professores detentores de dois contratos públicos participarão do processo seletivo para diretores e vice-diretores de escolas sem prejuízo ao erário público no que tange a jornada de trabalho; em caráter

1)



temporário, de acordo com a necessidade, sempre que houver orçamento disponível.

§ 2° - Os professores com contrato único de 25:00 horas, terão suas jornadas de trabalho complementadas em 15:00 horas, quando indicados ou eleitos para cargos de Chefia, Direção, e Assessoramento respeitada a proporcionalidade dos vencimentos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7°° Os efeitos financeiros em relação ao § 3° do Art. 14 serão efetivados até junho de 2016.

JUAN ALEX TESTONI PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE Gabinete do Prefeito

ANEXO 1 - QUADRO DEMONSTRATIVO DA DENOMINAÇÃO E QUANTIDADE DOS CARGOS DA CARREIRA.

ESPECIFICAÇÃO	Cargo	Nível	Quadro Permanente	Quadro Atual	Necessário	Vagas Livres	Quadro Reserva
Professor Leigo - 20 horas (Cargo em Extinção)	Professor	Único	03	03	03	00	00
Professor L. Curta - 40 horas (Cargo em Extinção)	Professor	Único	0.1	10	0.1	00	00
Professor NI - 30 horas (Cargo em Extinção)	Professor	Especial	02	02	02	00	00
Professor N II - 20 horas (Cargo em Extinção)	Professor		17	17	17	00	00
Professor N II - 25 horas (Cargo em Extinção)	Professor		186	186	186	00	00
Professor N II - 30 horas	Professor		89	93	93	25	50
Professor N II - 40 horas (Pedagogos) (Cargo em Extinção)	Professor		58	58	58	00	00
Professor N II - 40 horas - Áreas Específicas	Professor		60	60	=	02	10
Professor Interprete de Libras 25 (Cargo em Extinção)	Professor		03	04	04	00	00
Professor Interprete de Libras 30 h	Professor	=	00	00	10	=	10
Pedagogo - Orientador Escolar 20 h (Cargo em Extinção)	Orientador	=	01	01	00	00	00
Pedagogo - Orientador Escolar 40 h	Orientador	=	07	12	13	90	10
Pedagogo - Supervisor Escolar 40 h	Supervisor	=	60	13	13	04	10
Professor Auxiliar Ed. Infantil 40 h (Cargo em Extinção)	PAEI	Especial	20	16	9	00	00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE Gabinete do Prefeito

) I III				
Professor Auxiliar Ed. Especial 25h (Cargo em Extinção)	PAEE	Especial	20	01	10	00	00
Professor Auxiliar Ed. Especial 40 h (Cargo em Extinção)	PAEE	Especial	90	90	90	00	00
TOTAL			378	422	434	48	06

Prefeitura Municipal De Ouro Preto Do Oeste/RO PROCURADORIA JURÍDICA
PUBLICAÇÃO

DE: 28/12/2015 A

2/1/01/2016

Kelle Apa Lucas dos Santos Port. nº 10443

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO Publicação nº 2672 De: 29/12/2015 até 21/01/2016

Maria Teixeira de Oliveira Coelho Dirt.Protoc.Arq.Geral e Publicação Port.110/ GP/CMOPO-RO/2013



ESTADO DE RONDÔNIA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

LEI Nº 2.332, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica alterado o Piso Salarial dos Profissionais do Magistério Público Municipal, em consonância coma Lei 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional dos Profissionais da Educação Básica.

Art. 2º O piso salarial devido aos profissionais de formação mínima exigida, Nível 1, será reajustado em 7,64%, passando para R\$2.298,80, e será executado proporcionalmente às jornadas de trabalho do magistério, da seguinte forma:

I - Nível 1 - 40 horas semanais: R\$2.298,80;
II- Nível 1 - 30 horas semanais: R\$1.724,10;
III - Nível 1 - 25 horas semanais: R\$1.436,75;
IV -Nível 1 - 20 horas semanais: R\$1.149,40;

Art. 3º. A diferença entre o Piso Salarial e os vencimentos dos Profissionais do Magistério com formação superior, Nível 2, será mantida em 10% (dez por cento), nos termos desta Lei e será executada proporcionalmente à jornada de trabalho da seguinte forma:

I – Nível 2 - 40 horas semanais: R\$ 2.528,68; II – Nível 2 – 30 horas semanais: R\$ 1.896,51; III – Nível 2 – 25 horas semanais: R\$ 1.580,43; IV – Nível 2 – 20 horas semanais: R\$ 1.264,34;

Art. 4º. Os recursos para pagamento das despesas previstas nesta Lei são oriundos da Educação, consignados no Orçamento Público.

Art. 5º. Consequentemente fica alterado o Anexo 03 da Lei 1972/2013, que trata do Plano de Carreiras do Magistério Municipal.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos financeiros a 01 de janearo de 2017

VAGNO GONÇALVES BARROS PREHEITO 19

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO OESTE - RO Gabinete do prefeito

LEI Nº 2.332, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

ANEXO 3 - 1.F1 1972/2013

!				and the second			20 HC	20 HORAS							
VE.	SIVEL VENCIMENTOS	ч	3	4	5	9	7	∞	6	101	=	12	13	14	\overline{\pi}
_	1.149,40 1.172.39 1.195.84 1.219.75 1.244.15 1.269.03 1.294,41 1.320,30 1.346.71 1.373.64 1.401.11 1.429,13 1.457,72 1.486.87 1.516.61	1.172.39	1.195.84	1.219.75	1.244,15	1.269.03	1.294,41	1.320,30	1.346.71 1.373.64	1.373.64	1.401.11	1,429,13	1.457,72	1.486.87	1.516.61
= !	U 1.264,34 1.289,63 1.315,42 1.34	289.63	1.315,42		1.368.56	1,395,93	1.423.85	1.452,33	341,73 1.368.56 1.395.93 1.423.85 1.452,33 1.481,38 1.511.00 1.541.22 1.572,05 1.603.49 1.635.56 1.668.27	1.511.00	1.541.22	1.572,05	1.603,49	1.635.56 1.668,27	1.668,27

-							25 HORAS)RAS							
E	VIVEL VENCIMENTOS	C1	3	प . 	w ;	9	7	∞	6	01	=	12	13	4	15
	1.436.75	1.465.49	1.436,75 1.465.49 1.494,79 1.524,	1.524.69	524.69 1.555.18 1.586.29 1.618.01 1.650.37 1.683.38 1.717.05 1.751,39 1.786.42 1.822.15 1.858.59 1.895,76	1.586.29	1.618,01	1.050,37	1.683,38 1	1.717.05	1.751,39	1.786.42	1.822.15	1.858.59	1.895,76
_	11.580,43 1.612.03 1.644,27	1.612.03	1.580.43 1.612.03 1.644,27 1.6	-	677,16 1.710.70 1.744.92 1.779.82 1.815.41 1.851.72 1.888.75 1.926.53 1.965.06 2.004.36 2.044.45 2.085,34	1.744.92 1.779,82	1.779,82	1.815.41	1.851.72	1.888.75	1.926.53	1.965.06	2.004.36	2.044.45	2.085,34

	1					30 HORAS	RAS							
WELVENCIMENTOS	۲۱ .	3	प	5 6	9	1	~	6 8 6	92	=	12	13	14	15
1.724,10 1.758.58 1.793,75 1.	1.758.58	1.793,75 1.		1.866.22	1.903.55	1.941,62	.980,45	2.020.06	2.060,40	329,63 1.866.22 1.903.55 1.941.62 1.980,45 2.020.06 2.060,46 2.101.67 2.143.70 2.186,58 2.230,31 2.274,91	2.143.70	2.186,58	2.230,31 2.27	2.274,91
1.896,51	1.934,44	896,51 1.934,44 1.973,13 2.0	2.012,59	2.052,84	2.093,90	2.135,78 2	178,49	2.222,06	2.266.5	12,59 2.052.84 2.093,90 2.135,78 2.178,49 2.222,06 2.266.51 2.311.84 2.358.07 2.405,23 2.453,34 2.502,40	2.358.07	2.405,23	2.453,34	2.502,40

							40 H(JRAS			•				
MINE	VENCIMENTOS	CI	к	4	ıc,	9	7	×	6	01		1.2	13	14	1
		1						+	1				2 :		7
-	2.298,80	2.298,80 2.344,78 2.391.67 2.	2.391.67	2.439,50	2.488.30	2.538,06	2.588.82	2.640,60	2.693.41	27\$7.28	2.439,50 2.488.30 2.538,06 2.588,82 2.640,60 2.693,41 7747.28 2.802.22 2.858.77 2 915 43 7 973 74 3 033.75	785877	291543	7 973 74	3 033 22
						-	* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	Y		+ - +					-1-50000
=	2.528.68 2.579.25 2.630.84 2	2.579.25	2.630.84	2.683,46	2.737.12	2.791,87	2.847,70	2.904,06	2.962.75	13.002.01	2.683.46 2.737.12 2.791.87 2.847.70 2.904.66 2.962.75 3.082.45 3.144.10 3.06.98 3.771.12	3.144.10	36 906 5	377117	3 336 54
						-		-							

OBS: O ADICTONAL DE 20% INDICE SOBRE O VENCINIENTO DE TODOS OS PROFESSORES DETENTORES DE TITULOS DE PÓS ÉRADUAÇÃO QUE SE ENCONTRAM NO MIVEL II.

VAGNO GONÇALVES BARROS PREFEITO





SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE ESTÂNCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 2.332, DE 24 DE JANEIRO DE 2017.

ANEXO 4 - TIPOLOGIA DAS ESCOLAS.

DIRETOR	QUANTITATIVO	REFERÊNCIA	VALOR R\$	VICE - DIRETOR	QUANTITATIVO	REFERÊNCIA	VALOR R\$
TIPOLOGIAI	04	CC 6.1	820,00	820,00 TIPOLOGIA I	04	CC 7.1	00'009
TIPOLOGIA II	07	0.9 23	1.010,00	1.010,00 TIPOLOGIA II	07	CC 7.0	700,00
TIPOLOGIA III	02	CC 4.2	1.150,00	1.150,00 TIPOLOGIA III	02	CC 6.1	820,00
TIPOLOGIA IV	01	CC 4.1.1	1.450,00	1.450,00 TIPOLOGIA IV	01	0.6 S.0	1.010,00

Relação das Escolas:			
TIPOLOGIA I:	TIPOLOGIA II:	TIPOLOGIA III:	TIPOLOGIA IV:
EMEI LEAOZINHO	EMEI PEQUENO PRINCIPE	EMEF BENJAMIN CONSTAN	EMEF FERNANDO AZEVEDO
EMEI SININHO	EMEI CANTINHO DO SABER	EMEF CORA CORALINA	
EMEIEF DISNEYLANDIA	EMEIEF MANOEL SANTOS	*	
EMEI PAULO FREIRE	EMEIEF MARACATIARA		
	EMEIEF 22 DE DEZEMBRO		,
	EMEF CECÍLIA MEIRELES		
	EMEF JOAQUIM NABUCO		

VAGNO GONÇALVES BARROS
PREFEITO



PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE PROCURADORIA JURÍDICA

PUBLICAÇÃO 24/01/2017 a 14/02/2017

> TERESA RODRIGUES GUNÇALVES Agente Administrativo - Cad. 108/2

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO Publicação nº 0255

De: 24/01/2017 | alie 14/02/2017

Maria Teixeira de Oliveira Coelho Dirt.Protoc.Arq.Geral e Publicação Port.110/ GP/CMOPO-RO/2013



LEINº 2211

, DE | 5 DE MARÇO DE 2016.

"ALTERA O ANEXO 4 DA LEI N.º 1972 DE 06 DE SETEMBRO DE 2013."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo 4 da Lei n.º 1972 de 06 de setembro de 2013, que passa a vigorar em conformidade com o anexo da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto do Oeste, em / 5 de Março de 2016.

JUAN ALEX TESTONI PREFEITO



ANEXO 4 - TIPOLOGIA DAS ESCOLAS.

		IN	1787	WINDOW T THE OFFICE AND THE PROPERTY OF THE PR			
DIRETOR	OUANTITATIVO REFERÊNCIA VALOR R\$ VICE -DIRETOR	REFERÊNCIA	VALOR R\$	VICE -DIRETOR	QUANTITATIVO REFERÊNCIA VALORRS	REFERÊNCIA	VALOR RS
TIPOLOGIA I	04	CC 8.0	529,00	529,00 TIPOLOGIAI	04	CC 9.0	450,00
TPOLOGIAII	07	CC 7.0	700,00	700,00 TIPOLOGIAII	07	CC 8:0	529,00
TIPOLOGIA III	02	CC 6.0	1.010,00	1.010,00 TIPOLOGIAIII	02	CC 7.00	700,00
TIPOLOGIA IV	01	CC 4.2	1.150,00	1.150,00 TIPOLOGIAIV	01	CC 6.1	820,00

Relação das Escolas:			
TIPOLOGIA I:	TPOLOGIA II:	TIPOLOGIA III:	TIPOLOGIA IV:
EMEI LEAOZINHO	EMEI PEQUENO PRINCIPE	EMEF BENJAMIN CONSTAN	EMEF FERNANDO AZEVEDO
EMEI SININHO	EMEI CANTINHO DO SABER	EMEF CORA CORALINA	
EMEIEF DISNEYLANDIA	EMEIEF MANOEL SANTOS		
EMEI PAULO FREIRE	EMEIEFMARACATIARA		
	EMEIEF 22 DE DEZEMBRO		
	EMEF CECÍLIA MEIRELES		
c	EMEF JOAQUIM NABUCO		

JUAN ALÉX TESTONI

PREFEITO

Prefeitura Municipal De Ouro Preto Do Oeste/RO
PROCURADORIA JURÍDICA
PUBLICAÇÃO

DE: 15/03/2016 A 05/04/2016 <u>Kelle Ap^a Lucas dos Santos</u> <u>Port. nº 104/3</u> Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO
Publicação nº 0455
De: 15/03/2016 até 05/04/2016

Maria Teixeira de Oliveira Coelho Dirt.Protoc.Arq.Geral e Publicação Port.110/ GP/CMOPO-RO/2013



ESTADO DE RONDÔNIA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

LEI Nº 2379, DE OTDE AGOSTO DE 2017.

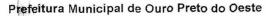
"REVOGA OS §§ 3° E 4° DO ART. 14 DA LEI N° 1.972, DE 06 DE SETEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados os § 3º e 4º do art. 14, da Lei nº 1972, de 06 de setembro de 2013

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VAGNO GONÇALVES BARROS PREFEITO



04 380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical FL9.

03.10.2018

Processo: 3902/2018

Interessado: SEMECE

Assunto...: CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI

REGULARIZAR SITUAÇÕES E OTIMIZAR AÇÕES NO ÂMBITO DA

SEMECE

G. 8



destuto da Estáncia Turística - Ouro Piero

PREFEITURA MUNICIPAL





PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE — SEMECE

Ofício nº 1 2 /SEMECE/2018

Ouro Preto do Oeste – RO, 01 de outubro de 2018

Ao Exmo. Senhor, VAGNO GONÇALVES BARROS M.D PREFEITO MUNICIPAL N E S T A

ASSUNTO: ALTERA ESTRUTURA SEMECE

Zora montan p

Senhor Prefeito,

Considerando a urgência em retificar a Lei nº 2359/2017, no Anexo que se refere ao organograma da SEMECE;

Considerando a necessidade de criação de um Departamento de Projetos de Infraestrutura Escolar, para atender as recomendações do Ministério Público e do Corpo de Bombeiros, no que tange à segurança da clientela escolar;

Considerando ainda a promoção da isonomia entre os cargos na estrutura da secretaria;

Solicitamos de Vossa Excelência a autorização junto à Procuradoria Jurídica para elaboração de Projeto de Lei, nos termos da Minuta que ora apresentamos, para que possamos regularizar situações e otimizar ações no âmbito da SEMECE :

1 - Cria-se o Departamento de Projetos e Infraestrutura Escolar na SEMECE; DIE/SEMECE

Com o objetivo de acompanhar, monitorar, avaliar e certificar os projetos de engenharia que envolvam estruturas físicas da rede de escolas da SME, bem como implementar os Projetos de Proteção Contra Incêndio Pânico — PCIP e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais-PPRA, nas unidades escolares, cria-se o DIE/SEMECE;

Para ocupar o cargo de Diretor de Projetos de Infraestrutura Escolar, é necessário que o servidor tenha formação em engenharia civil, com registro do CREA e tenha conhecimento nas áreas de segurança do trabalho e meio ambiente.

2 - Cria-se um cargo de Diretor de Escola Tipologia III;

O <u>Sistema</u> Municipal de Ensino – SME conta com 15 (quinze) escolas, e na Lei de Estrutura, constam apenas 14 (catorze) cargos de Diretor, Vice-Diretor e Secretário Escolar;

N Q



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE — SEMECE

23

Ofício nº

/SEMECE/2018

Ouro Preto do Oeste – RO, 01 de outubro de 2018

Continuação.....

- Tipologia IV 01 Cargo.
- 2.1 O Demonstrativo das Escolas por Tipologia passa a ser:
- Tipologia I 03 Cargos;
- Tipologia II 06 Cargos;
- Tipologia III 05 cargos;
- 2.2. O novo Quadro demonstra a redução de 01 cargo na Tipologia IV e o aumento de 01 cargo na Tipologia III;
- 3 O Cargo de Chefe da Divisão de Educação de Jovens e Adultos EJA, deixa de existir:

O município não atende a modalidade de Educação de Jovem e Adultos – EJA . Essa modalidade está sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, conforme Programa de Reordenamento do atendimento à educação Básica.

4 - Deixam de existir 07 (sete) cargos de Assessor de Transporte Escolar;

O Cargos de Assessor de Transporte escolar, não são mais necessários no número existente, 10, (dez), podendo ser reduzidos em 07 (sete), permanecendo apenas 03 (três) cargos.

4 - Altera a remuneração do Cargo de Chefe da Divisão de Serviços de Informática;

A Divisão de Serviços de Informática conta os cargos de chefe e Assistentes, e pelos princípios da hierarquia, altera a remuneração do Cargo de Chefe.

- 5 Altera a remuneração do Cargo de Diretor do Departamento de Ensino;
- O departamento de Ensino, responsável pela gestão pedagógica da Educação Municipal, responsabiliza-se pelo desempenho nas atividades de ensino nas unidades escolares. A alteração no valor da remuneração do Cargo, pelo princípio da isonomia, o equipara aos valores dos Cargos dos Departamentos: Administrativo, de Cultura e Esporte e de Nutrição e Alimentação.
- 6 Altera o valor da remuneração do Cargo de Assistente de Programa de alimentação Escolar.

X



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE — SEMECE

Ofício nº

/SEMECE/2018

Ouro Preto do Oeste – RO, 01 de outubro de 2018

Continuação...

Ao cargo foi adicionado a responsabilidade pelas informações e acompanhamento do Programa Bolsa Família, justificando a melhora na remuneração.

- 7 Fica extinto o cargo de Chefe da Divisão de Esportes.
- As atribuições do cargo serão acumuladas pelo Diretor do Departamento de Cultura e Esportes.
- 8 Por determinação do Executivo fica extinto o cargo abaixo da Estrutura da SEMINFRA:
- 01 Cargo de Diretor do Departamento de Obras.

Informamos ainda que, os valores referentes as remunerações dos cargos extintos superam os valores acrescentados, não provocando impacto negativo no limite e gastos com a Folha de Pagamento de Pessoal.

Contando com vossa preciosa atenção, subscrevemo-nos com votos de sinceras considerações.

Atenciosamente,

Assessor Especial da SEMECE
Ordenador de Despesa.

Port. 11760 e Port. 11761 de PS. ... 11





PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO ÔESTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Projeto de Lei nº

/2018

..... de outubro de 2018.

" ALTERA O ANEXO DA LEI 2359 DE 02 DE JUNHO DE 2017, QUADRO DA EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE-RO FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O anexo I da lei nº 2359 de 02 de Junho de 2017, Quadro da Educação, passa a ter a seguinte Redação:

ORGÃO	CARGO	SIMBOLO	N° DE CARGOS
7	Assessor Especial Da SEMECE	CC 1.2	1
0	Diretor de Projetos de Infraestrutura Escolar	CC1.2	1
ÃC	Diretor do Dep. Administrativo da SEMECE	CC 4.0	1
DE EDÚCAÇÃ	Chefe da Divisão de Apoio Administrativo SEMECE	CC 8.0	1
	Assistente de Recursos Humanos da SEMECE	CC 7.1	1
	Chefe da Divisão de Apoio Técnico Adm. Do CME	CC 8.0	1
DE ED	Chefe da Divisão de Apoio Pedagógico do CME	CC 8.0	1
	Chefe da Divisão de Apoio ao Estudante	CC 8.0	1
IPAL URA	Assistente da Divisão de Apoio ao Estudante	CC 8.0	1
유리	Coordenador do Transporte Escolar	CC 4.0	1
UNICE	Assessor de Transporte Escolar	CC.9.0	3 *
\mathbb{R}°	Chefe da Divisão de Serviços de Informática	CC 4.1.1	1
_	Assistente de Informática Educacional I	CC 7.0	1
A L	Assistente de Informática Educacional II	CC 7.0	1
1	Diretor do Departamento de Ensino	CC 4.0	1
SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA	Chefe da Divisão de Ensino Fundamental	CC 8.0	1
ij	Chefe da Divisão de Educação Infantil	CC 8.0	1
()	Chefe da Divisão de Inspeção Escolar	CC 8.0	1
	Chefe da Divisão de Ensino Especial	CC 8.0	1





PREFEITURA DA ESTANCIA TURISTICA DE OURO PRETO DO OESTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Diretor de Escola - TIPO I	CC 7.1	3
Diretor de Escola - TIPO II	CC 7.0	6
Diretor de Escola - TIPO III	CC 6.0	5
Diretor de Escola - TIPO IV	CC 4.2	1
Vice Diretor de Escola - TIPO I	CC 8.0	3
Vice Diretor de Escola - TIPO II	CC 7.1	6
Vice Diretor de Escola - TIPO III	CC 7.0	5
Vice Diretor de Escola - TIPO IV	CC 6.1	1
Secretário de Escola - TIPO I	CC 11.0	3
Secretário de Escola - TIPO II	CC 10.0	6
Secretário de Escola - TIPO III	CC 8.0	5
Secretário de Escola - TIPO IV		1
Diretor do Departamento de Cultura e Esportes		1
Assessor de Eventos Culturais e Esportes	CC 7.0	1
Chefe da Divisão de Cultura e Esportes	CC 8.0	1
Coordenador do Teatro Municipal e Biblioteca		1
Coordenador de Campos e Quadras Esportivas I		1
Assessora de Nutrição e Alimentação Escolar	CC 3.2	1
Assistente de Programa de Alimentação Escola		1

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

VAGNO GONÇALVES BARROS PREFEITO



ARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

QUADRO ORGANOGR	GRAMA ATUAI	7			o	QUADRO PROPOSTA	ROPO	STA
CARGO	REF	ōΝ	VLR	TOTAL	REF	VLR	ōΝ	TOTAL
ssor Especial Da SEMECE	CC 1.2	1	3.100,00	3.100,00	CC 1.2	3.100,00	10	3.100,00
tor de Projetos de Infraestrutura Escolar	CC 1.2	0	00'0	00'0	CC 1.2	3.100,00	Т.	3.100,00
tor do Dep. Adm da SEMECE	CC 4.0	1	1.700,00	1.700,00	CC 4.0	1.700,00	16	1.700,00
fe da Divisão de Apoio Administrativo SEMECE	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC 8.0	529,00	16	529,00
stente de Recursos Humanos da SEMECE	CC 7.1	1	00'009	00'009	CC 7.1	00'009	1 ċ	600,00
fe da Divisão de Apoio Técnico Adm. Do CME	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC 8.0	229,00	্চ	529,00
fe da Divisão de Apoio Pedagógico do CME	CC 8.0	1	529,00	276,00	CC 8.0	229,00	1 8	529,00
fe da Divisão de Apoio ao Estudante	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC 8.0	529,00	10	529,00
stente da Divisão de Apoio ao Estudante	CC 8.0	Н	529,00	529,00	CC 8.0	529,00	(C)	529,00
rdenador do Transporte Escolar	CC 4.0	1	1.700,00	1.700,00	CC 4.0	1.700,00	12	1.700,00
essor Transporte Escolar	CC 9.0	10	450,00	4.500,00	0.6 22	450,00	3_	1.350,00
fe da Divisão de Educação de Jovens e Adultos	CC 4.1.1	1	1.450,00	1.450,00	CC 8.0	529,00	0	00'0
fe da Divisão de Serviços de Informática	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC 4.1.1	1.450,00	7	1.450,00
stente de Informática Educacional I	CC 7.0	1	00'002	700,00	CC 7.0	700,00	10	700,00
stente de Informática Educacional II	CC 7.0	1	700,00	700,00	CC 7.0	700,00	10	700,00
tor do Departamento de Ensino	CC 6.0	1	1.010,00	1.010,00	CC 4.0	1.700,00	1	1.700,00
fe da Divisão de Ensino Fundamental	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC:8:0	529,00	10	529,00
fe da Divisão de Educação Infantil	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC 8.0	529,00	1 (529,00
fe da Divisão de Inspeção Escolar	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC 8.0	529,00	1 (4	529,00
fe da Divisão de Ensino Especial	CC 8.0	1	529,00	529,00	CC 8.0	529,00	1 0	529,00
tor de Escola - TIPO I	CC 8.0	3	529,00	1.587,00	CC 7.1	00'009	3.	1.800,00
tor de Escola - TIPO II	CC 7.0	9	200'00	4.200,00	CC 7.0	700,00	79	4.200,00
tor de Escola - TIPO III	CC 6.0	4	1.010,00	4.040,00	CC 6.0	1.010,00	5 .	5.050,00
tor de Escola - TIPO IV	CC 4.2	2	1.150,00	2.300,00	CC 4.2	1.150,00	1	1.150,00
Diretor de Escola - TIPO I	CC 9.0	3	450,00	1.350,00	CC 8.0	529,00	3	1.587,00
Diretor de Escola - TIPO II	CC 8.0	9	529,00	3.174,00	CC 7.1	00'009	9	3.600,00
: Diretor de Escola - TIPO III	CC 7.0	4	700,00	2.800,00	CC 7.0	700,00	5	3.500,00
Diretor de Escola - TIPO IV	CC 6.1	2	820,00	1.640,00	CC 6.1	820,00	H	820,00

	-							
55.486.00	73			55.061,00	*****	81		
600,00	1	600,00	CC 7.1	450,00	450,00	Н	CC 9.0	itente de Programa de Alimentação Escolar
1.800,00	Н	1.800,00	CC 3.2	1.800,00	1.800,00	1	CC 3.2	ssora de Nutrição e Alimentação Escolar
700,00	ш	700,00	CC 7.0	1.010,00	1.010,00	ы	CC 6.0	denador de Campos e Quadras Esportivas Muncipais
1.010,00	10	1.010,00	CC 6.0	1.010,00 1.010,00	1.010,00	<u>ы</u>	CC 6.0	denador do Teatro Municipal e Biblioteca Municipal
0,00	0	529,00	CC 8.0	529,00	529,00	ш	CC 8.0	e da Divisão de Esportes
529,00	10	529,00	CC 8.0	529,00	529,00	Ь	CC 8.0	e da Divisão de Cultura e Esportes
700,00	10	700,00	CC 7.0	700,00	700,00	1	CC 7.0	ssor de Eventos Culturais e Esportes
1.700,00	16	1.700,00	CC 4.0	1.700,00	1.700,00	1	CC 4.0	tor do Departamento de Cultura e Esportes
600,00	1	600,00	CC 7.1	1.058,00	529,00	2	CC 8.0	etário de Escola - TIPO IV
2.645,00	5	529,00	CC 8.0	1.800,00	450,00	4	CC 9.0	etário de Escola - TIPO III
1.920,00	60	320,00	CC 10.0	1.920,00	320,00	60	CC 10.0	etário de Escola - TIPO II
714,00	ω (%	238,00	CC 11.0	714,00	238,00	ω	CC 11.0	etário de Escola - TIPO I

ROS CARGOS DA ESTRUTURA DA PEREFEITURA A SEREM EXTINTOS PARA OTIMIZAÇÃO DA SEMECE.

0,00	0		1.0%	1.010,00		Н		
0,00	0	1.010,00	CC 6.0	1.010,00	1.010,00	Н	CC 6.00	tor do Departamento de Obras da SEMINFRA

AIS PARA FINS DE CALCULO DO LIMITE PRUDENCIAL: ESTRUTURA ATUAL: R\$56.071,00 - ESTRUTURA PROPOSTA: R\$55.486,00

ERENÇA: R\$585,00





04.380.507/0001-79
Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br



DESPACHO DO PROCESSO

Processo...: 1-3902/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto...: CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI (843)

Data....: 03/10/2018 11:43:18

Origem....: PROTOCOLO (81)

Destino...: GABINETE DO PREFEITO (71)

Despacho

PROVIDÊNCIA

Ouro Preto do Oeste/RO, 3 de outubro de 2018.

Elvis Ferraira dos Santos PROTOCOLO

DESPACHO

DO: GABINETE PREFEITO

PARA: DC

PROCESSO Nº: 3902/18

Em, 03/10/2018

Segue processo para elaboração do impacto orçamentário.

GILBERTO JOSÉ DA SILVA Diretor Geral de Administração



04.380.507/0001-79
Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br

4

DESPACHO DO PROCESSO

Processo...: 1-3902/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto....: CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI (843)

11

Data....: 04/10/2018 09:48:25

Origem....: DC - DIVISAO DE CONTABILIDADE (41)

Destino...: DRH - DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS (37)

Despacho

Segue processo para efetuar os calculos.

¿Ouro Preto do Oeste/RO, 4 de outubro de 2018.

Denise Megumi Yamano

Diretor Esp. Exec. Assun. Estratégico/CC 1.0.0

	27.				
	1.2	400,00	3.100,00	PAULO FERNANDES BICALHO FILHO	
ASSESSOR ESPECIAL DA SEMECE	4.0	200,00	1.700,00	Rondineli Souza da Silva	
	8.0	149,00	529,00	VALDENICE MOURA DA COSTA	
CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTATIVO DA SEIVIECE	7.1	100,00	00'009	CLAUDINÉIA RAIMUNDO DA SILVA	
ASSISTENTE DE RECURSOS HUMANOS DA SEMECE	8.0	149,00	229,00	KENY ABREU DOS SANTOS	
CHEFE DA DÍVISÃO DE APOIO TECNICO ADM. DO CIME	8.0	149,00	529,00	MARIA ALICE DOS A. O. FERRO	
CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO PEDAGOGICO DO CIME	8.0	149,00	529,00	FABIANA ARAUJO DA SILVA	
CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO AO ESTUDANTE	8.0	149,00	529,00	LUZINETE BARRETO DA SILVA	
ASSISTENTE DA DIVISAO DE APOIO AO ESTUDAME	4.0	200,002	1.700,00	VALDEIR AP DIAS DA SILVA	
COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCULAR	9.0	228,00	450,00	Joaquim Nogueira dos Santos Júnior	Ì
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	0.6	-528,00-	450,00		į.
	9.0	228,00	450,00	kátia Cristina Scalzer Formoso	1
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	9.0	228,00	450,00		
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	9.0	228,00	450,00		
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	9.0	228,00	450,00		
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	9.0	228,00	450,00		
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	9.0	228,00	450,00		
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	9.0	228,00	450,00	The state of the s	
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	9.0	228,00	450,00	MARIA INGDE ALVES DOS SANTOS	
ASSESSOR TRANSPORTE ESCOLAR	4.1.1	200,00	1.450,00	LUIZA FAGUNDES DE ALMEIDA	
CHEFE DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	8.0	149,00	529,00		
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA	7.0	150,00	700,00	MAURO PEREIRA	
ASSISTENTE DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL I	7.0	150,00	700,007	GILIANE RIVOLLI DE OLIVEIRA	-
ASSISTENTE DE INFORMÁTICA EDUCACIONAL II	6.0	200,00	1.010,00	ANDREZA JUSTINA DIAS	
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO	8.0	149,00	229,00		
CHEFE DA DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENIAL	8.0	149,00	529,00	ROZANGELA MENEZES S. FRISSO	
CHEFE DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL				To a	



-						DANIEL LOPES DINIZ(Manoel Santos)				NUBELIA CORREIA SILVESTRE				,00 FÁBIÓ NOGUEIRA BISPO	,00 ELZA DA SILVA FRITZ	00	00	000	450,00	529,00 EDSON LUIZ MARQUES OLIVEIKA	529,00 LINDAURA ROCHA DA SILVA	529,00 Santa Antunes Teixeira	529,00 LUCIENE APª. GARCIA XAVIER	529,00 PRISCILA FARIA DE ALMEIDA	529,00 ARZENI D. BELMIRO / DESIGNAÇÃO	259,00	A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR
00 529,00	00 529,00	30 529,00	00 529,00	00 529,00	00 529,00	00 700,000	00,007 00,	00,007 00,	00,007 00,	150,00 700,00	150,00 700,00	150,00 700,00	200,00 1.010,00	200,00 1.010,00	200,00 1.150,00	228,00 450,00	228,00 450,00	228,00 450,00	228,00 450	149,00 529	149,00 528	149,00 52	149,00 52	149,00 52	149,00 52	149,00 52	
8.0 149,00	-	+	-	+	-	7.0 150,00	7.0 150,00	-	7.0 150,00	-	\vdash	-		-	-	-	9.0	9.0	9.0	<u> </u>	8.0 14	-	8.0 1	8.0	8.0		
	AR						DIRETOR DE ESCOLA - TIPO II						DIRETOR DE ESCOLA - TIPO IV	VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO I	VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO II	VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO II	VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO II	VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO II	VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO II	VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO II	TIPO II						

			1	4 600
	7.0	150,00	00,007	CLAUDIA LESIN MARANA OLIVEIKA
VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO III	7.0	150,00	700,007	ROZICLEIDE COSTA DA SILVA SOUZA
VICE-DIRETOR DE ESCOLA - TIPO III	2 7	200.00	820,00	Eldino B. Nogueira Moura
VI Odli - Fichi A - TIPO IV	1.0	0000	1	
VICE-DIRETOR DE ESCOS.	11	440,00	20,062	
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO I	11	440,00	238,00	
	11	440,00	238,00	
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO I	11	440,00	238,00	
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO I	10	358,00	320,00	
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO II	10	358,00	320,00	Mª FRANCISCA LOPES
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO II	10	358,00	320,00	KATIANE RODRIGUES FAE
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO II	10	358,00	320,00	NÃO-PODE NOMEAR SEMAS
1	10	358,00	320,00	320,00 ROSA-EVANGELISTA
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO II	10	358,00	320,00	2
11	10	358,00	320,00	LAUDELINA JOSE BORGES
	9.0	228,00	7450,00	JOELMA DIAS DE O CRESTAN
	9.0	228,00	450,00	lara marques de souza marafon
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO III	8.0	149,00	529,00	
SECRETARIO DE ESCOLA - TIPO IV	4.0	200,00	1.700,00	ANDRÉ HENRIQUE RICARDO ESTEVAM
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E ESPORTES	7.0	150,00	700,00	DALMO ALBERTO DOS SANTOS 12.238
ASSESSOR DE EVENTOS CULTURAL E ESPORIES	8.0	149,00	529,00	MAGDA EDITE DE AGUIAR
CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA	8.0	149,00	529,00	
CHEFE DA DIVISÃO DE ESPORTES	- 6.0	200,000	1.010,00	
COORDENADOR DO TEATRO MUNICIPAL E BIBLIOTECA MUNICIPAL	6.0	200,00	1.010,00	SEBASTIÃO CARLOS CATERINQUE
COORD. DE CAMPOS E QUADRAS ESPORTIVAS MUNICIPAIS	3.2	200,000	1.800,00	JANE PESSOA DE OLIVEIRA
ASSESSORA DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO ESCULAR	9.0	228,00	450,00	DANIELLE DE FREITAS FERREIRA
ASSISTENTE DE PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				

La programme a



Estado de Rondônia Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste Secretaria Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DO: DRH

PARA: Contadoria
ASSUNTO: Impacto

Em atenção ao pedido de alteração de Lei, Conforme Memorando nº 72/SEMECE/2018, em anexo à folha nº 02, vimos informar as alterações de acordo com as informações prestadas pelo DRH conforme a seguir:

60/SEMECE – VALOR A	REDUZIR
	VALOR
01	529,00
	O/SEMECE - VALOR A QUANT. 01

EXCLUSÃO/EXTINÇÃO DE CARGO/	SEMINFRÅ – VALOR	A REDUZIR
CARGO	QUANT.	VALOR
DIR. DO DEPART. DE OBRAS DA SEMINFRA	01	1.010,00
DIR. DO DEPART. DE OBRAS DA SLIVINA NA		

VALORES A RED	UZIR COM A	LTERAÇÃO D	E QUANTIDAD	DES DE CARGOS E	VALORES DE C	C
CARGO	QUANT	VALOR	TOTAL ATUAL	QUANT. PROPOSTA	VALOR PROPOSTO	DIFERENÇA A MENOR
	ATUAL	ATUAL		03 X 450,00	1.350,00	3.150,00
ASSESSOR DE TRANSP.	10	450,00	4.500,00	03 / 430,00	2.000/00	
ESCOLAR			4.450.00	1 X 529,00	529,00	921,00
CHEFE DA DIV. DE EDC.	01	1.450,00	1.450,00	1 × 323,00	323,00	
DE JOVENS E ADULTOS				04 × 1 150 00	1.150,00	1.150,00
DIR. DE ESCOLA TIPO IV	02	1.150,00	2.300,00	01 X 1.150,00	820,00	820,00
VICE DIR. DE ESCOLA	02	820,00	1.640,00	01 X 820,00	820,00	020,00
TIPO IV			1.050.00	1X 600,00	600,00	458,00
SECRETARIO DE ESCOLA	02	529,00	1.058,00	17 600,00	000,00	, , , ,
TIPO IV				1 700 00	700,00	310,00
COORD. DE CAMPOS E	01	1.010,00	1.010,00	1X 700,00	700,00	320,00
QUADRAS ESP. MUN.		~	,	C DA NOVA PROPI	ATZ	6.809,00
TOTAL A REDUZI	R COM A ALT	ERAÇÃO DE (JUAN HUADE	S DA NOVA FROM	03173	

INCLUSÃO/CRIAÇÃO DE CARGO -	-VALOR A AUNIENTAL	A
	QUANT.	VALOR
CARGO DIR. DE PROJ. DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR	01	3.100,00



VALORES A AUN	MENTAR CON	1 ALTERAÇÃO	DE QUANTIE	DADES DE CARGOS	E VALOR DE C	С
CARGO	QUANT	VALOR	TOTAL	QUANT.	VALOR	DIFERENÇA
CANGO	ATUAL	ATUAL	ATUAL	PROPOSTA	PROPOSTO	A MAIOR
CHEFE DA DIV. DE SERV.	01	529,00	529,00	1 X 1.450,00	1.450,00	921,00
DE INFORMATICA						
DIR. DO DEP. DE ENSINO	01	1.010,00	1.010,00	1 X 1.700,00	1.700,00	699,00
DIR. DE ESCOLA TIPO III	04	1.010,00	4.040,00	5 X 1.010,00	5.050,00	1.010,00
VICE DIR. DE ESCOLA	03	450,00	1.350,00	3X 529,00	1.587,00	237,00
TIPO I				1		100.00
VICE DIR. DE ESCOLA	06	529,00	3.174,00	6X 600,00	3.600,00	426,00
TIPO II					2 500 00	700.00
VICE DIR. ESCOLA TIPO III	04	700,00	2.800,00	5X 700,00	3.500,00	700,00
SECRETARIO DE ESCOLA	04	450,00	1.800,00	5 X 529,00	2.645,00	845,00
TIPO III						450.00
ASSIST. DE PROG. DE	01	450,00	450,00	1 X 600,00	600,00	150,00
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		,			VA DDODOSTA	4.988,00
TOTAL A AUMENTAR COM	A ALTERAÇÃ	ÃO DE QUANT	IDADES E VA	LOR DE CC DA NO	VA PROPUSTA	14,200,00

COMPARATIVO DE REDUÇÃO E ACRESCIMO DE VALORES:

N.	VALOR
REDUÇÃO	529,00 Ha
EXCLUSÃO/EXTINÇÃO DE CARGO/SEMECE – VALOR A REDUZIR EXCLUSÃO/EXTINÇÃO DE CARGO/SEMINFRA – VALOR A REDUZIR	1.010,00
VALORES A REDUZIR COM ALTERAÇÃO DE QUANTIDADES DE CARGOS E VALORES	
VALORES A REDUZIR COM ALTERAÇÃO DE QUANTIDADES DE GAMESOS E TAMBOS E A MOSOS E TAMBOS E CAMBOS E CAMBO	6.809,00
DE CC	8.348,00
TOTAL	

	VALOR
ACRESCIMO NALORA ALIMENTAR	3.100,00
INCLUSÃO/CRIAÇÃO DE CARGO -VALOR A AUMENTAR VALORES A AUMENTAR COM ALTERAÇÃO DE QUANTIDADES DE CARGOS E VALOR DE	4.988,00
CC	8.088,00
TOTAL	0

VALOR A REDUZIR R\$ 8.348,00 x VALOR A ACRESCENTAR R\$ 8.088,00 DIFERENÇA COM A REDUÇÃO: 260,00

Obs.: Conforme os valores informados os custos com a alteração não ultrapassam o valor dos custos com a redução, restando custo a menor no valor de R\$ 260,00

Ouro Preto do Oeste/RO, 09 de outubro 2018.

SIRISE W. TRIMRE MARTINES Dir. Dep. Recursos Humanos Portaria 11.689-17/02/2017



04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br

DESPACHO DO PROCESSO

Processo...: 1-3902/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto....: CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI (843)

Data....: 09/10/2018 08:49:48

Origem....: DRH - DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS (37)

Destino....: DC - DIVISAO DE CONTABILIDADE (41)

Despacho

SEgue com valores para impacto orçamentário conforme solicitadopela SEMECE

Ouro Preto do Oeste/RO, 9 de outubro de 2018.

SIRLEI U. FREIRE MARTINEZ CADASTRO N. 3644-7

OURO PRETO DO OESTE - PODER EXECUTIVO PREFEITURA MUN. OURO PRETO DO OESTE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL · Analise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 8 - Agosto RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RS

INSCRITASEM PROCESSADOS PAGAR NÃO 3.790.683,82 10418315.47 2,308,856,41 360,373,00 5.321.508,18 2,417,897,11 9.680,77 42,757,311,68 981.654,76 48.403.288,57 4.772.338,58 41.937.342,54 5.386.267,50 1.079.678,53 (B) 650.125,99 3.634.107,27 498.329.14 1 444 352.06 17,785,29 278.111,64 3.971.794,35 424.301,95 345.387,55 78,914,40 5.078.459,33 4.654.157,38 581.436,79 100.926,24 AGO/2018 1,176,696,41 437,57 000 543 544,81 3.338.450,56 0,00 166.553,25 000 164,226,17 3.592.541,71 000 1934.61 4.115.790,52 98.496,35 399.356,45 322,729,91 76.626,54 4.515.146,97 424.752,46 JUL/2018 3.852.389.97 133.885,87 0.00 000 839.322.39 249,477,74 437,57 000 450.952,35 4.568,86 4.691.712,36 3.669.718,02 515,416,73 100.865.80 405.711.81 329.085.27 76.626,54 4.286.000,55 JUN/2018 3.829.520,04 7.989,29 0,00 112,354,64 524,173,89 2.732,10 000 4.555.519,68 4.101.482,30 3.514.701,19 469.891,44 116.889,67 454.037,38 369,463,64 84.573,74 00'0 725.999,64 78.749,72 MAI/2018 3.732.655,90 222 138,66 4.472.809,18 000 433.020,87 000 4.119.842,95 3.622.250,60 409.144,31 88.448,04 352.966,23 279.372,82 73.593,41 740,153,28 82.585.75 2,408,00 ABR/2018 DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) 0000 ů, 1.956,99 437.57 00'0 387,532,90 445.20 3.233.101,33 141.495,19 531.867,85 3.764.969,18 78.605,95 2.970.910,59 323.580,37 76,110,95 394.367,27 315.761,32 3.370.601,91 MAR/2018 LIQUIDADAS 0.00 000 107.091,64 3 232 534,45 000 00.0 662,461,57 189 220,14 437.57 365.712.22 3.043.256,02 273.194,32 72,647,95 3.894.996,02 3.549.153,75 442.830,06 63.067,67 345.842,27 FEV/2018 3,728,086,80 000 0.00 000 379.100,67 000 120.243,53 000 954.184,09 454.839,89 338,704,27 264.313,59 74,390,68 4.343.566,62 3.723.621,68 76.916,08 543.028,86 JAN/2018 50.973,19 4.351.026,76 000 704,772,44 00'0 0,00 4.171.449,90 000 0.00 1118,448,95 75,781.985 73.515,75 122.512,58 627,153,55 482,619,67 144 533,88 4.842.322,16 548.359,68 DEZ/2017 5,469,475,71 000 000 4,412,066,80 622,504,92 29 677,68 000 373,606,59 110,000,00 000 00.0 109,220,65 5.034.571,72 4.155.319,05 77.637,74 342,305,12 73,424,69 4.692.266,60 268.880,43 459.309,81 NOV/2017 2.854.363,46 000 000 370.127,45 265.581,79 000 687,467,26 51,758,02 3.541.830,72 77.17.671,77 77.560,08 332.546,40 73.424,69 3,209,284,32 354.052,47 259.121,71 OUT/2017 2 559,008,34 100,000,001 369,953,49 00.0 433,328,67 11.574,89 914.857.05 2.724.107,66 80.247.33 355.045.88 280,753,59 74,292,29 473.865,39 314,464,52 3,118,819,51 SET/2017 ras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do a esas de Exercícios Anteriores de periodo anterior ao da apuração rrentes de Decisão Judicial de periodo anterior ao da apuração as Indenizadoras (Subs, abono, férias, licençam 1/3 de férias) izações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária JAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1° da LRF) (II) Pessoal ativo(Parecer Prévio n°056/2002/TCE-RO) NEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a") cimentos. Vantagens e Outras Despesas Vanáveis DESPESA COM PESSOAL S/PSF (Parecer Prévio n°177/2003/TCE-RO) SA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) os e Pensionistas com Recursos Vinculados sentadorias, Reserva e Reformas A BRUTA COM PESSOAL (I) ros Beneficios Previdenciários al Inativo e Pensionistas ficios Previdenciários gações Patronais

TOTAL LOCAL	1000
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LECEN	78.051.247,04
	00.00
TA CORRENIE LIQUIDA - N. L. L. L. J. J. L.	78.051.247,04
sferências obigatoinas da União relativas as emendas individuas. (* 173 - 174	C 000000
EITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	47.55.38551
Contrast CONTRACTAL DIPPON	42.147.673,40
A TALL AND TO A PART OF THE PA	40.040.289,73
E MAXIMO (VI) (incisos t, u e tu, an e e e e e e e e e e e e e e e e e e	37 037 906 06
E PRUDENCIAL (VII) = (0.95 x VI) (pariagrafo único do art 22 da LKL)	31.332.700,00
F. DF ALERTA (VIII) = (0.90 x VI) (inciso II do § 1° do an 59 de LRF)	
1. 2. Lamban manaiperada expeniadas	cutadas

54,78 54,00 51,30 48,60

000

VALOR % SOBRERCE

urrante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas. No encerramento do exercício, as despesas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas executadas executadas. a forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

espesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64; NTE: SCPI - Contabilidade [8.21, 25, 308], PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

18

Portaria Nº 495 de 2017



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

19

Em análise ao Processo 3902/2018 verifica-se que o limite encontra-se em 54,78%, no 2° Quadrimestre/2018.

Considerando que, é necessário o gestor tomar medidas para se manter dentro do limite imposto para evitar impropriedade na Gestão Fiscal, conforme o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

4

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do \S 60 do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias."

É sabido que, há uma grande necessidade em suprir as demandas da SEMECE e foi demonstrado que, com as alterações a Secretaria equilibrou os gastos onde implica em diminuição de despesa, conforme demonstrativo do DRH, fls.15 e 16.

Oportuno verificar junto a secretaria competente, a Declaração de Adequação Orçamentária, bem como Parecer do Controle Interno.

Ouro Preto do Oeste, 08 de Outubro de 2018.

Denise Megumi Yamano

Contadora



04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br

DESPACHO DO PROCESSO

:ocesso...: 1-3902/2018 nteressado: SEMECE (11)

ssunto...: CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI

Data....: 09/10/2018 12:03:43

Origem....: DC - DIVISAO DE CONTABILIDADE (41)

Destino...: SCI - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (107)

Despacho

SEGUE PROCESSO PARA ANALISE NO PARECER.

Ouro Preto do Oeste/RO, 9 de outubro de 2018.

Genuir de Souza Freitas Divisão de Contabilidade



04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical

03.10.2018

Processo: 3901/2018

Interessado: SEMECE

DE ALTERAÇÃO DO ANEXO 4 DA LEI 1972/2013 PROTOCOLO V

Sunda Estáncia Turística - Omo A



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - SEMECE

Al voylor by

Memorando nº 2 75

DA: SEMECE

PARA: GABINETE DO PREFEITO

Em, 02.10.2018

ASSUNTO: ALTERA ANEXO 04 DA LEI 1972/2013

Senhor Prefeito,

Considerando as alterações efetuadas na lei nº 2359 de 2017, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, no que tange à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SEMECE, solicitamos de Vossa Excelência, a alteração do Anexo 4 da Lei 1972/2013, que trata das Tipologias das Escolas Municipais, nos termos da Minuta em anexo.

Atenciosamente,

Paulo Fernandes Bicalho Fill Assessor Especial da SEINECE Ordenador de Despesa Port. 11760 e Port. 11761 de 05/05/17



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI N°......

..... DE

.DE 2018

"ALTERA O ANEXO 4 DA LEI 1972/2013, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE TRATA DAS TIPOLOGIAS DAS ESCOLAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO – SME."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE – RO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Anexo IV da Lei 1972 de 06 de dezembro de 2013, passa ter a Redação no Anexo desta Lei.

Art. 2º - O anexo supramencionado é parte integrante da referida Lei, disposto no Art. 15 da mesma.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

VAGNO GONÇALVES BARROS PREFEITO MUNICIPAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO

- ANEXO 4 - TIPOLOGIA DAS ESCOLAS.

	7 7									2		
JIRETOR	ž	N° REFERÊNCIA	VALÓR	VICE -	Ž	REFERÊNCIA VALOR SECRE 'Nº	VALOR	SECRE .	Š	REFERÊNCIA VALOR	VALOR	
3			RS	DIRETOR			R\$	TAR10			R\$,
TIPOLOGIA I 03	03	CC 7.1	00000	SOC 600,00 TIPOLOGIA I	03	CC 8.0	529,00	529,00 TIPO I	03 [⊈]	CC 11.0	238,00 @ 16	
TIPOLOGIA II 06	90	CC 7.0	700.00	700.00 TIPOLOGIA II	90	CC 7.1	600,00	600,000 TIPO II	₹ 90	CC 10.0.0	320,00 0 E	v
TIPOLOGIA III (65	3 8		1.010.00	1.010,00 TIPOLOGIA III	05	CC 7.0	700,00	700,00 TIPO III	052	CC 8.0	529,00 USO	Q.
TIPOLOGIA IV 01	10		1.150,00	1.150,00 TIPOLOGIA IV	01	CC 6.1	820,00	820,00 TIPO IV	10	CC 7.1	600,000	<u>a.</u> .

Relacão das Escolas:			
TIPOLOGIA I:	TIPOLOGIA II:	TIPOLOGIA III:	TIPOLOGIA IV:
EMEIEF DISNEYLANDIA	EMEIEF MANOEL SANTOS	EMEF BENJAMIN CONSTAN	EMEF FERNANDO AZEVEDO
EMEI LEAOZINHO	EMEIEF MARACATIARA	EMEF CECÍLIA MEIRELES	
EMEI PAULO FREIRE	EMEIEF 22 DE DEZEMBRO	EMEF CORA CORALINA	
	EMEI CANTINHO DO SABER	EMEF JOAQUIM NABUCO	
	EMEI PEQUENO PRINCIPE	EMEIEF RONDOMINAS	ŗ
	EMEI SININHO		

Obs.: A classificação das tipologias considera o número de alunos, turmas, turnos e a localização da escola, e são definidas pelo departamento de Ensino da SEMECE.

O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO COMPREENDE 15 ESCOLAS, SENDO: 11 NA ZONA URBANA, 03 NA ZONA RURAL E UMA NO DISTRITO DE RONDOMINAS.

THE STATE OF THE S

100 000 Car a



04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br



DESPACHO DO PROCESSO

Processo...: 1-3901/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto...: SOLICITAÇÃO (1)

Data....: 03/10/2018 11:38:03

Origem....: PROTOCOLO (81)

Destino...: GABINETE DO PREFEITO (71)

Despacho

PROVIDÊNCIA

Ouro Preto do Oeste/RO, 3 de outubro de 2018.

Elvis Ferreira dos Santos PROTOCOLO

DESPACHO

DO: GABINETE PREFEITO PARA: DC

PROCESSO Nº: 3901/18

Em, 03/10/2018

Segue processo para elaboração do impacto orçamentário.

GILBERTO JOSÉ DA SILVA Diretor Geral de Administração



04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br

4

DESPACHO DO PROCESSO

Processo. : 1-3901/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto...: SOLICITAÇÃO (1)

Data....: 04/10/2018 09:47:02

Origem....: DC - DIVISAO DE CONTABILIDADE (41)

Destino...: DRH - DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS (37)

Despacho

Segue processo para efetuar os calculos.

Ouro Preto do Oeste/RO, 4 de outubro de 2018.

Denise Megumi Yamano

Diretor Esp. Exec. Assun. Estratégico/CC 1.0.0



∞
-
\circ
(1
g.
0
tubro
\equiv
=
ನ
2
de
-
05
S
\leq
9
Õ
DE TIPOLOGIAS:
Ŏ
-
Щ
لِب
₹
\Box
V
~
R
7
V
-
7

QUA	NTIDADES	QUANTIDADES E VALORES ATUAIS	IAIS	PROP	PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO	alteração	DIFERENÇA	DIFERENÇAS NO VALOR
DIRETOR	QUANT.	VALOR	VALOR	QUANT	VALOR	VALOR	VALOR A MENOR	VALOR A MAIOR
TIPOLOGIA I	04	R\$ 529.00	R\$ 2.116,00	03	00,009	R\$ 1.800,00	R\$ 316,00	
TIPOLOGIA II	06	R\$ 700,00	R\$ 4.200,00	90	700,007	R\$ 4.200,00	1	Ţ
TIPOLOGIA III	20	R\$ 1.010,00	R\$ 1.010,00 R\$ 2.020,00	05	1.010,00	R\$ 5.050,00	1	R\$ 3.030,00
TIPOLOGIA IV	01	R\$ 1.150,00	R\$ 1.150,00 R\$ 1.150,00	01	1.150,00	1.150,00 R\$ 1.150,00	1	ı

QUA	NTIDADES	QUANTIDADES E VALORES ATUAIS	JAIS	PROP(PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO	LTERAÇÃO	DIFERENÇAS	DIFERENÇAS NO VALOR
VICE DIRETOR QUANT.	QUANT.	VALOR	VALOR	QUANT	VALOR	VALOR	VALOR A	VALOR A MAIOR
		AINAL	IOIAL			7.2.		
TIPOLOGIA	04	R\$ 450,00	R\$ 1.800,00	.03	R\$ 529,00	R\$ 529,00 R\$ 1.587,00	R\$ 213,00	1
TIPOLOGIA II	07	R\$ 579 00		90	R\$ 600,00	R\$ 600,00 R\$ 3.600,00 R\$ 103,00	R\$ 103,00	1
II CEOCIA II				טנ	00 002 39	P¢ 700 00 B¢ 3 500 00 -	1	R\$ 2,100.00
TIPOLOGIA III	70	K\$ /00,00	K\$ 1.400,00	CO	חה'חחו לעו	מסיממריר לעו		1 1 1 1 1
TIPOLOGIA IV	01	R\$ 820,00	R\$ 820,00	01	R\$ 820,00	R\$ 820,00 R\$ 820,00	ı	ı

ES E	QUANTIDADES E VALORES ATUAIS	IAIS	PROP	PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO	ALTERAÇÃO	DIFERENÇAS	DIFERENÇAS NO VALOR
>	VALOR	VALOR	QUANT	VALOR	VALOR	VALOR A	VALOR A
AT	ATUAL	TOTAL			TOTAL	MENOR	MAIOR
R\$ 238.00	8.00	R\$ 952,00	03	R\$ 238,00	R\$ 238,00 R\$ 714,00	R\$ 238,00	ı
R\$ 320.00	000	R\$ 2.240,00	90	R\$ 320,00	R\$ 320,00 R\$ 1.920,00	R\$ 320,00	ī
R\$ 450.00	000	R\$ 900,00	05	R\$ 529,00	R\$ 529,00 R\$ 2.645,00	_	R\$ 1.745,00
R\$ 579.00	00.6	R\$ 529,00	01	R\$ 600,00	R\$ 600,00 R\$ 600,00	ı	R\$ 71,00

Havendo a diminuição nas quantidades dos cargos como

-DIRETOR TIPOLOGIA ! -

Reduzindo de 04 para 03 cargos, mesmo havendo o aumento no valor de R\$ 529,000 para R\$ 600,00 — Haverá uma despesa a menor no valor de R\$ 316,00;

- VICE DIRETOR TIPOLOGIA I -

Reduzindo de 04 para 03 cargos, mesmo havendo o aumento no valor de R\$ 450,00 para R\$ 529,00 – Haverá uma despesa a menor no valor de R\$ 213,00;

- VICE DIRETOR TIPOLOGIA II -

Reduzindo de 07 para 06 cargos, mesmo havendo o aumento no valor de R\$ 529,00 para R\$ 600,00 – Haverá uma despesa a menor no valor de R\$ 103,00;

- SECRETARIO TIPOLOGIA I -

Reduzindo de 04 para 03 cargos, permanecendo o valor de R\$ 238,00 – Haverá uma despesa a menor no valor de R\$ 238,00;

- SECRETARIO TIPOLOGIA II -

Reduzindo de 07 para 06 cargos, permanecendo o valor de R\$.320,00 – Haverá uma despesa a menor no valor de R\$ 320,00;

O valor a menor com a alteração da Lei totaliza R\$ 1.190,00

Havendo aumento nas quantidades e valores de alguns cargos como:

-DIRETOR TIPOLOGIA III -

Aumentando a quantidade de 02 para 05 cargos, permanecendo o valor de R\$1.010,00 – Haverá uma despesa a maior no valor de R\$ 3.030,00;

- VICE DIRETOR TIPOLOGIA III -

Aumentando a quantidade de 02 para 05 cargos, permanecendo o valor de R\$ 700,00 – Haverá uma despesa a maior no valor de R\$ 2.100,00;

- SECRETÁRIO TIPOLOGIA III -

Aumentando a quantidade de 02 para 05 cargos, e alterando o valor de R\$ 450,00 para R\$ 529,00 – Haverá uma despesa a maior no valor de R\$ 1.745,00;

- SECRETÁRIO TIPOLOGIA IV -

Aumentando o valor de R\$ 529,00 para R\$ 600,00 — Haverá uma despesa a maior no valor de R\$ 71,00;

O valor a maior com a alteração da Lei totaliza R\$ 6.946,00

Ouro Preto do Oeste, 05 de outubro de 2018



Estado de Rondônia Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste Secretaria Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DO: DRH

PARA: Contadoria ASSUNTO: Impacto

Em atenção ao pedido de alteração de Lei, Conforme Memorando nº 275/SEMECE/2018, em anexo à folha nº 02, vimos informar as alterações de acordo com as informações prestadas pelo DRH às folhas 08 e 09, conforme a seguir:

VALOR A MAIOR COM A ALTERAÇÃO DA LEI

R\$ 6.946,00

VALOR A MENOR COM A ALTERAÇÃO DA LEI

R\$ 1.190,00

Obs.: Conforme os valores informados os custos com a alteração ultrapassam o valor dos custos com a redução, restando custo a maior no valor de R\$ 5.756,00

Ouro Preto do Oeste/RO, 01 de outubro 2018.

SIRLEI U. FREIRE MARTINES Dir. Dep. Recursos Humanos Portaria 11.689-17/02/2017



04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br

DESPACHO DO PROCESSO

Processo...: 1-3901/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto...: SOLICITAÇÃO (1)

Data....: 05/10/2018 11:58:30

Origem....: DRH - DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS (37)

Destino...: DC - DIVISAO DE CONTABILIDADE (41)

Despacho

Segue com despacho do DRH, conforme folhas nº 08,09,10

Ouro Preto do Oeste/RO, 5 de outubro de 2018.

SIRLEI UFREIRE MARTINEZ CADASTRO N° 3644-7





Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

Parecer nº 9 8 CSCI/2018

ORIGEM: SEMECE

PROCESSO Nº 3902/2018

OBJETIVO: Alteração da Lei 2359/2017 e Lei 1972/2013.

DESTINO: Procuradoria Jurídica. EM, 16 de outubro 2018.

Chegou neste Controle Interno o processo nº 3902/2017, para análise, quanto às Alterações das Leis 3959/2017, e o anexo 04 da Lei 1972/2013, a cerca de exclusão/extinção de 07 cargos de assessor Transporte escolar, 01 cargo de Chefe da Divisão de Educação de Jovens e Adultos — EJA, redução de 01 cargo de Diretor de escola tipologia I, redução de 01 cargo de vice-diretor de escola tipologia I, redução 01 cargo de vice-diretor de escola tipologia II, redução de 01 cargo de secretario de escola tipologia II, redução de 01 cargo de secretario de escola tipologia II e redução de 01 cargo de secretario de escola tipologia IV, da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, exclusão também de um cargo de Diretor do Departamento de Obras, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente.

Em contrapartida a SEMECE apresenta a proposta de criar 01 cargo de Departamento de Projetos e Infra estrutura Escolar, criar 03 cargo de Diretor Escolar Tipologia III, 03 cargo de vice diretor de escola tipologia III, 03 cargo de secretario de escola tipologia III, e aumentar a remuneração dos cargos de Chefe da Divisão de Serviços de Informática, Diretor de departamento de Ensino, e do cargo de assistente de programa de alimentação escolar, bem como aumento dos valores de diretores, vice diretores e secretario de escola.

Apresenta também o atual processo, a solicitação de alteração do anexo 04 da Lei 1972/2013, (plano de carreira do magistério), com o objetivo de alterar os valores e quantidade das Tipologia dos diretores, vice - diretores e secretários de escola.

O Departamento de Recursos Humanos, apresenta os cálculos referente ao equilíbrio financeiro, alusivo a os aumento de valores de portarias, e criação de cargos, bem como as reduções, perfazendo de R\$ 8.348,00 (oito mil trezentos e quarenta e



Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

oito reais), de exclusão/extinção de cargos, e o valor de R\$ 8.088,00 (oito mil e oitenta e oito reais), de aumento com criação e aumento de remunerações.

A Contabilidade em seu parecer analisa o processo, e faz considerações, quanto ao limite que se encontra a folha de pagamento, adverte que o gestor deve tomar medidas para manter-se dentro do limite imposto para evitar improbidade na Gestão Fiscal, conforme art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta ainda preocupação quanto a existência de aumento de despesa, porém se ampara no parecer do DRH, quando descreve o equilíbrio financeiro informado pela Secretaria e demonstrado pelo DRH, e solicita que a secretaria anexa no processo declaração de adequação orçamentaria.

Contudo o Município de Ouro Preto do Oeste, encontra-se em um momento que esta se adequando ao limite da folha de pagamento, estado porém acima do limite prudencial, e como se percebe, a superação do limite prudencial é um fato jurídico financeiro que, uma vez materializado no mundo dos fatos, faz emergir uma série de restrições ao espaço de discricionariedade do gestor público quanto à definição da política de pessoal, excluindo do âmbito de sua avaliação de conveniência e oportunidade, enquanto perdurar o excesso, a adoção de medidas que gerem desenvolvimento na despesa com pessoal, como determina o art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição ;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 60 do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.





Prefeitura da Estância Turística de Ouro Preto do Oeste Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

Ressalte-se que, mesmo observando as restrições indicadas no dispositivo legal acima transcrito, o Poder Público cuja despesa com pessoal estiver acima do limite máximo se encontrará numa zona de risco, em função da possibilidade de oscilação da receita, sobretudo em cenários de queda de arrecadação.

Diante da verificação, e quanto ao Impacto Orçamentário apresentado pelo Departamento de Contabilidade em seu parecer, que o índice de despesa com pessoal encontra-se em 54,78%, estando porém superior ao limite ao máximo, motivo que levou esta coordenadoria emitir <u>Alerta</u> ao Chefe do Poder Executivo Municipal, quanto aos prazos e as medidas a serem tomadas para redução do Índice.

E diante de todos os documentos no processo, esta Coordenadoria lembra o parecer contábil fl (19), onde destaca que as alterações da Secretaria equilibram os gastos, contudo esta coordenadoria alerta quanto o inciso I do Art. 22 da Lei 101/2000, que veda qualquer concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, em quanto perdurar o alto índice com a folha de pagamento.

Diante disso, segue o processo a Procuradoria Jurídica para manifestação quanto a Solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, quanto as alteração das Leis, uma vez que existe o equilíbrio de gastos.

Marinalva Resende Vieira Coordenadora do Sistema de Controle Interno



04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropical www.ouropretodooeste.ro.gov.br

DESPACHO DO PROCESSO

Processo...: 1-3902/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto...: CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI (843)

Data.....: 16/10/2018 10:45:59

Origem....: SCI - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (107)

Destino...: PJ - PROCURADORIA JURIDICA (79)

Despacho

segue processo com parecer do CSCI.

Ouro Preto do Oeste/RO, 16 de outubro de 2018.

Marinalva Resende Vieira SCI - SISTEMA DE CONTROLE INTERNO





PARECER Nº 736 /2018

PROCESSO: 3902-3901/2018 DE: PROCURADORIA JURÍDICA

PARA:GABINETE DATA:18/10/2018

1- RELATÓRIO

Veio o presente processo para análise jurídica em relação a alteração da Lei nº.2359/2017, que se refere ao Organograma da SEMECE, que visa a criação de um Departamento de Projetos e Infraestutura Escolar para atender as recomendações do Ministério Público e do Corpo de Bombeiros para assegurar a segurança da clientela escolar, de acordo com o Ofício nº.72/SEMECE/2018.

Ainda no mesmo Ofício citado o Assessor especial da SEMECE justifica que as criações dos cargos são para regularizar situações e otimizar ações no âmbito da Secretaria, e ainda descrimina cada necessidade de cada cargo e demonstra, as reduções necessárias de certos cargos para criação dos solicitados.

Já nas folhas 02 do processo nº.3901/2018 demonstrou a necessidade de alteração do Anexo IV da Lei nº.1972/2013, que trata das Tipologias das Escolas Municipais, considerando a alterações da Lei 2359/2018.

Foi apresentado o Quadro atual de Tipologias as fls.08 dos autos 3901, demonstrando os gastos a menor e maior com a criação dos Cargos acima solicitado.





Vale aqui demonstrar os devidos cargos que serão extintos/excluidos com alteração do Anexo IV da Lei 1972/2013:

- 07 cargos de Assessor Transporte Escolar;
- 01 cargo de Chefe da Divisão de Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- 01cargo de Diretor de Escola Tipologia I;
- 01 cargo de Vice-Diretor de Escola Tipologia II;
- 01 cargo de Secretário de Escola Tipologia I;
- 01 cargo de Secretário de Escola Tipologia II;
- 01 cargo de Secretário de Escola Tipologia IV;
- 01 cargo de Diretor do Departamento de Obras.

Solicita-se a criação dos cargos de :

- 01 cargo de Departamento de Projetos e Infraestrutura Escolar;
- 03 cargos de Diretor Escolar Tipologia III;
- 03 cargos de vice-diretor de Escola Tipologia III;
- 03 cargos de secretário de Escola Tipologia III, e;

Aumento da remuneração dos cargos de chefe da divisão de serviços de informática, diretor de departamento de ensino e do cargo de assistente de programa de alimentação escolar, ainda os valores de Diretores, vice diretores e secretario de escola.

O Departamento de Recursos Humanos manifestou novamente as fls15 dos autos de nº.3902-18, onde demonstrou que os valores informados com os custos alterando a Lei com as reduções, a diferença foi a menor.

O Setor de Contabilidade as fls.18, manifestou através do artigo 22 e incisos da Lei nº.101/2000, contudo concluiu que devido a grande necessidade da Secretaria, e que ficou claro o equilíbrio com os gastos, implicando em diminuição de despesas, encaminhou para seguimento do pedido.

De





O Sistema de Controle Interno as fls., seguiu a mesma linha da Divisão de Contabilidade, citou o artigo 22 da LRF, ainda informou que o índice se encontra em 54,78%, estando superior ao Limite máximo, e ainda informa que emitiu o alerta ao chefe do executivo para adoção de medidas. Contudo ao final, demonstrou que houve o equilíbrio de gastos, concluindo pelo prosseguimento.

Vieram os autos para apreciação da Procuradoria.

É o relatório. Segue a fundamentação.

2- DO PARECER

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 expressamente prevê que, para que o Administrador Público efetue gastos, ou seja, para que realize despesas, é necessário que sejam apontadas as respectivas receitas. Com isso, busca-se o equilíbrio financeiro do Estado nas relações financeiras e econômicas.

Em seus artigos, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece os limites com gastos a cada Ente da Federação, quais sejam a União, os Estados e os Municípios, visando manter equilíbrio entre as despesas e as receitas públicas. Referida lei, prevê também sanções, inclusive penais, aos gestores estatais que desrespeitam as normas sobre gastos públicos. Veja-se o disposto no artigo 1º, §1º:

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previne riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas e resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites, e condições no que tange a



FLS.

renúncia da receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. (Grifos nossos).

Portanto, a Lei Complementar 101/2000, tem como objetivo principal o controle nos gastos públicos, para que assim possa fazer uma gestão saudável do dinheiro público. Com isso, somente com a ação planejada, constante em orçamento, e transparente, pode se prevenir os ricos do descontrole dos gastos públicos, daí a necessidade de um gestor público que tenha responsabilidade na gestão das finanças públicas.

Se não forem efetuados gastos que não estejam no orçamento público, e se houver prevenção dos riscos de ações não planejadas, almejará o equilíbrio das finanças. Como consequência disso, terão melhores condições de vida para população, inclusive com menor carga tributária, porque se não forem realizadas despesas que não são necessárias, os valores a serem arrecadados com tributos consequentemente seriam menores, pois não seria necessária uma receita exorbitante para cuidar das despesas.

Nesse sentido, observa-se que a Lei contém um conjunto de preceitos normativos com vistas a evitar, a todo custo, o atingimento dos tetos estabelecidos, prevendo graves consequências, tanto para o ente público (como a nulidade de atos e restrições no recebimento de transferências voluntárias) quanto para o gestor (responsabilização nas esferas administrativa, civil e penal), caso tais limites sejam ultrapassados. Esse conjunto de medidas preventivas, estão dispostas no art. 22 da LRF.





Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19
 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20, que houver incorrido no excesso:

1 - (...);

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - (...);

IV - (...);

V - (...).

A despesa total com pessoal quando ultrapassar os limites fixados, sem prejuízo das medidas previstas acima, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço do primeiro, adotando-se as providências de redução das despesas com cargo comissionado e exoneração dos servidores não estáveis e, ainda, se essas medidas não forem suficientes, o servidor estável poderá perder o cargo, procedimento esse, que deveria ser usado em última instância.

Em regra geral, as concessões de tais vantagens e nomeações, por implicar aumento de remuneração, não pode ser efetuada quando o ente público se encontra acima do limite prudencial.

Nas situações de extrapolação do limite prudencial de gasto com pessoal definido no parágrafo único, do art. 22 da LRF, somente é possível o provimento de cargos públicos, a admissão ou a contratação de pessoal a qualquer título para as áreas de educação, saúde e segurança, e desde que o provimento, a admissão ou a contratação se destinem, exclusivamente, à reposição de vagas decorrentes de aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança, não importando se a vacância ocorreu no curso do quadrimestre, ou se, em data anterior.



FLS.

Como se vê, nessa hipótese fica ressalvada apenas, a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores, prioritariamente se as vacâncias forem nas áreas da Educação, Saúde e Segurança.

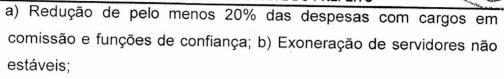
O que legislador pretendeu ao inserir esse dispositivo no ordenamento jurídico brasileiro, foi evitar a descontinuidade de serviços desenvolvidos nas áreas de educação, saúde e segurança, os quais correspondem a verdadeiros direitos sociais, garantindo constitucionalmente através do artigo 6º, bem como, evitar que, a partir do percentual de 95% do limite legal, novas admissões arrisquem o controle responsável dos gastos com pessoal, já que – não se pode olvidar – o referido limite depende de uma variável não totalmente previsível, que é a Receita Corrente Líquida.

Em momentos de crise econômica, a RCL poderá variar para baixo, reduzindo, por consequência, o teto das despesas com pessoal. Desse contexto, extrai-se que o patamar de 95% do limite legal já constitui um montante indesejado pelo legislador e que qualquer gestor prudente e fiscalmente responsável deve evitar.

De outro norte, em resumo, a superação do limite prudencial é um fato jurídico-financeiro que, uma vez materializado no mundo dos fatos, faz emergir uma série de restrições ao espaço da discricionariedade do Gestor Público quanto à definição da política de pessoal, excluindo do âmbito de sua avaliação de conveniência e oportunidade, enquanto perdurar o excesso, a adoção de medidas que gerem incremento da despesa com pessoal.

Contudo, deverá a administração evitar as vedações do artigo 22 da LRF e incisos, caso tais medidas se revelem insuficientes para a redução de despesas com pessoal, a administração deverá adotar as seguintes providências, nos termos da Constituição Federal:





Nesse sentido, assevera de total relevância que o Gestor Público avalie de forma permanente o comportamento da Receita, como forma de permitir a correção preventiva nos casos, que poderão levá-lo a possíveis excessos de despesa com pessoal, no final do período regular de verificação cobrados pela Corte de Contas em cumprimento da LRF, sob pena de aplicar medidas severas previstas no art. 23 da referida Lei.

3-CONCLUSÃO

Por essa razão que, observadas as condições atuais, comprovado especialmente que as solicitações de criação de cargos não implicarão em aumento de despesa, excepcionalmente poderá se atender o pedido de Alterações das Leis solicitadas para os cargos pretendidos no presente processo.

Encaminha-se ao Gabinete para ciência do Parecer.

É o Parecer, s.m.j.

Vagno Goricalves Barros

ROBISLETE DE J. BARROS Procuradora Jurídica- Port.11572-17



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURO PRETO DO OESTE

Oficio n. 601/18/2ªPJ/OPO/RO

MP n. 2018001010073315 Favor mencionar o nº do procedimento supra ao responder este ofício

Ouro Preto do Oeste/RO, 31 de julho de 2018

Ao Senhor

PAULO FERNANDES BICALHO FILHO
Assessor Especial de Educação
Nesta

Senhor Assessor,

Considerando a informação de que em épocas de chuva o pátio da escola 22 de Dezembro fica alagado, que inclusive já entrou água nas salas de aula, solicito a Vossa Senhoria que adote providências para resolver o problema antes do início das chuvas.

Informações no prazo de 45 dias.

Atenciosamente,

Evandro Araujo Oliveira PROMOTOR DE JUSTICA Market of the second of the se

Clauding and da silva



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURO PRETO DO OESTE

Ofício p. 727/18/2ªPJ/OPO/RO

Parquet Web n. 2015001010029605
Favor mencionar este número ao responder este ofício

Ouro Preto do Oeste/RO, 11 de setembro de 2018

Ao Senhor
PAULO FERNANDES BICALHO FILHO
Assessor Especial de Educação
Nesta

Senhor Assessor,

Pelo presente, solicito a Vossa Senhoria que informe a esta Promotoria de Justiça, quais providências foram adotadas quanto a instalação elétrica da Escola Municipal Sininho, bem como se a situação foi resolvida, ou seja, se agora a rede elétrica suporta todos os aparelhos de ar-condicionado e demais itens ligados ao mesmo tempo.

Informações no prazo de 10 dias.

Atenciosamente,

Evandro Araújo Oliveira

PROMOTOR DE JUSTIÇA

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURO PRETO DO OESTE – Titularidade Única

NOTIFICAÇÃO N. 046/2018

MP n. 2015001010005584

Ao Senhor PAULO FERNANDES BICALHO FILHO Assessor Especial de Educação Nesta

Ante o transcurso de prazo desde a última audiência realizada nesta Promotoria de Justiça (30/04/2018), onde foi informado que o Município não disponibiliza de recursos financeiros para construção de três salas na Escola Municipal de Rondominas, notifico Vossa Senhoria para comparecer em reunião nesta Promotoria de Justiça, no dia 30/08/2018 (quinta-feira), às 10h00, a fim de tratar da construção das três salas na referida instituição. 05/09/18

Ouro Preto do Oeste, 24 de agosto de 2018.

Promotor de Justica

OPO, __/__/_



2º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURO PRETO DO OESTE - Titularidade Única

NOTIFICAÇÃO N. 004/2018

MP n. 2015001010017568

PAULO FERNANDES BICALHO FILHO Assessor Especial de Educação Nesta

Visando instruir o procedimento em epígrafe, notifico Vossa Senhoria para que compareça nesta Promotoria de Justiça, dia 28/02/2018, às 16 horas, a fim de participar de reunião visando tratar de assuntos referentes a reformado prédio ondo se instalará a Casa do Autista e da reforma da Escola 22 de Dezembro (feit 2017001010010504).

Ouro Preto do Oeste, 22 de fevereiro de 2018.

EVANDRO ARAU JO CLEVEIRA

OPO, ___/___/__

Precedo 22 2018

Enna. /001 0



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE OURO PRETO DO OESTE

Oficio n. 004/18/2ªPJ/OPO/RO

MP n. 2017001010010504

Favor mencionar o nº do procedimento supra ao responder este ofício

Recebido As 10:11hs

Recebido As 10:11hs

Em: 151 Daldenice

Ouro Preto do Oeste/RO, 8 de janeiro de 2018

Ao Senhor PAULO FERNANDES BICALHO FILHO Assessor Especial de Educação Nesta

Senhor Assessor,

01. Solicita-se a Vossa Senhoria que informe, no prazo de 10 (de) dias, se foi entregue pelo Sr. Fábio Furtado, o Projeto para ampliação da Escola Municipal 22 de Dezembro, bem como a planilha de custo do referido projeto.

Atenciosamente.

Viado Cadore

PROMOTOR DE JUSTIÇA



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OUROÆRETO DO OESTE SECRETARIA MUNICIPAL D EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Ofício nº 176 /GP/2017

Ouro Preto do Oeste - RO, 22 de dezembro de 2015

Exmo. Senhor Dr. Evandro Araújō Oliveira M.D Promotor de Justiça/2ªPJ/1ª TIT/OPO/RO N E S T A

ASSUNTO: MP n. 2013001010013536

Senhor Promotor,

Em atenção ao Ofício nº 1.049/17/2ªPJ/OPO/RO, 04 de dezembro de 2017, relativo ao expediente supramencionado, informamos a Vossa Excelência, que até o presente momento, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, não recebeu nenhum Projeto Contra Incêndio e Pânico, da Gerência de Convênios e Projetos da Prefeitura Municipal.

Informamos ainda que o Projeto não está sendo executado em nenhuma escola, e que o setor responsável não nos forneceu nenhuma previsão, alegando falta de recursos humanos para realização dos mesmos.

Sendo para o momento e, convictos da preciosa atenção, subscrevemo-nos, com votos de sinceras considerações.

Atenciosamente,

Vaulo Fernandes Bicalno Filho Assessor Especial da SEMECE Ordenador de Despesa ort. 11760 e Port. 11761 de 03/05/17

> Promotoria de Justiço do Ossic MP/RO

> > oshes



Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79 Praça da Liberdade, 1156 - Bairro Jardim Tropicak www.ouropretodooeste.ro.gov.br

DESPACHO DO PROCESSO

Processo...: 1-3902/2018 Interessado: SEMECE (11)

Assunto....: CRIAÇÃO DE PROJETO DE LEI (843)

Data....: 18/10/2018 15:58:40

Origem....: PJ - PROCURADORIA JURIDICA (79)

Destino....: GABINETE DO PREFEITO (71)

Despacho

SEGUE PROCESSO COM O PARECER JURÍDICO № 736/2018, PARA CIÊNCIA, APÓS RETORNAR A ESTE SETOR PARA

Ouro Preto do Oeste/RO, 18 de outubro de 2

Kelle Aparecida Lucas dos Santos Ass. Exec. da Recurradoria Jurídica



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

DA: PROCURADORIA JURÍDICA PARA: GABINETE DO PREFEITO

DATA: 24/10/2018.

DESPACHO



SEGUE PROCESSO COM O PROJETO DE LEI ELABORADO PARA

ASSINATURA.

KELLE APARECIDA LUCAS DOS SANTOS ASS. EXEC. DA PROCURADORIA JURIDICA PORT. 11570/2017